



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
INSTITUTO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA

GISELLE KLABUND FERRARIS

POLÍTICA DE AUSTERIDADE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E SEUS
IMPACTOS NO ORÇAMENTO DAS POLÍTICAS DE SAÚDE

Rio de Janeiro

2019

GISELLE KLABUND FERRARIS

POLÍTICA DE AUSTERIDADE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E SEUS
IMPACTOS NO ORÇAMENTO DAS POLÍTICAS DE SAÚDE

Monografia apresentada ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título Especialista em Saúde Coletiva.

Orientador: MSc. Thaísa Guerreiro de Souza

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Míriam Ventura da Silva

Rio de Janeiro

2019

FOLHA DE APROVAÇÃO

GISELLE KLABUND FERRARIS

POLÍTICA DE AUSTERIDADE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E SEUS IMPACTOS NO ORÇAMENTO DAS POLÍTICAS DE SAÚDE

Monografia apresentada ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título Especialista em Saúde Coletiva.

Aprovada em: 24 de maio de 2019.

MSc. Thaísa Guerreiro de Souza (Orientadora)
Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Míriam Ventura da Silva
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dr^a. Joyce Mendes de Andrade Schramm
Fundação Oswaldo Cruz

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha família, por toda a confiança em mim depositada e pela compreensão durante todos os eventos cancelados.

À minha orientadora, Thaísa Guerreiro, por ter despertado meu interesse pelos estudos orçamentários. À Professora Miriam Ventura por estar sempre incansavelmente abrindo portas e construindo pontes entre aqueles interessados em defender o SUS.

À Dra. Joyce Schramm, por todo o apoio prestado durante a elaboração deste trabalho e por ter aceitado o convite para participar da banca.

A toda a equipe da Coordenação de Saúde e Tutela Coletiva da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, por terem me acolhido tão bem durante meu estágio. Um agradecimento especial à Dra. Raphaella Jahara por toda a confiança depositada e por participar de momentos únicos na minha trajetória profissional.

A todos os funcionários e professores do IESC, pelo apoio prestado aos residentes durante esses dois anos e por terem compartilhado conosco seu conhecimento e experiência em prol do SUS.

Aos residentes de Saúde Coletiva, por reunir profissionais com histórias e formações tão distintas, criando um ambiente rico de vivências. Um agradecimento especial à Gabrielle e Igor, companheiros que o IESC uniu. Caminhar com vocês durante esses dois anos foi uma honra e o orgulho por ser parte desse trio se renova a cada nova conquista.

Agradeço também aos profissionais do Hospital Clementino Fraga Filho e da CAPS 5.1, em especial à incrível Helen Machareth, cuja ética e paixão pela missão assumida somente pode ser descrita como contagiante. Obrigada por toda a força e apoio dados. Espero que nossos caminhos profissionais voltem a se cruzar.

Por último, mas não menos importante, agradeço a todos os profissionais que diariamente lutam para garantir que a população brasileira tenha acesso a um SUS universal, integral, igualitário e de qualidade.

RESUMO

FERRARIS, Giselle Klabund. **Política de austeridade no Município do Rio de Janeiro e seus impactos no orçamento das políticas de saúde.** Monografia (Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva) – Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Em face à crise financeira enfrentada pelo Município do Rio de Janeiro, foi analisado o orçamento da Prefeitura do Rio de Janeiro nos anos de 2017 e 2018, para identificar a aplicação da política de austeridade e seus impactos sobre o orçamento da Saúde. Foram estudados os orçamentos aprovados e os empenhos realizados durante os dois anos, com foco nas discrepâncias entre os valores previstos e empenhados e na variação do orçamento entre os dois anos. Em 2018 a Prefeitura do Rio de Janeiro aumentou suas receitas em maior extensão do que suas despesas cresceram, por meio do aumento de tributos e redução do orçamento de diversas áreas, entre elas a Saúde. Em ambos os anos foram verificadas diversas distorções entre a Lei Orçamentária Anual aprovada pelo Legislativo e o orçamento realizado pelo Executivo, com aumento dos gastos com serviços não prioritários, como publicidade, em detrimento de ações e programas estratégicos em áreas como Saúde, Educação e Assistência Social. Os cortes realizados nos orçamentos foram realizados de forma direta em alguns setores e de forma dissimulada em áreas sensíveis para a população, como na Saúde. Os impactos da política de austeridade na Saúde já se estendem para além da redução do orçamento, com cortes na oferta e qualidade dos serviços prestados à população. Tais distorções identificadas reforçam a necessidade de aprimoramento dos instrumentos de monitoramento do orçamento público pela sociedade, assim como de estratégias para sua intervenção.

Palavras-chave: Austeridade fiscal. Saúde pública. Orçamento público.

ABSTRACT

FERRARIS, Giselle Klabund. **Austerity policy in Rio de Janeiro and its impacts over health policies budget.** Monografia (Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva) – Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

In view of the financial crisis faced by the Municipality of Rio de Janeiro, its budget in the years 2017 and 2018 was analyzed to identify the application of the austerity policy and its impacts on the health system budget. The execution of fiscal policy during the two years, with a focus on discrepancies between the expected and spent values and on the budget variation between the two years, was analyzed. In 2018, the Municipality of Rio de Janeiro increased its revenues to a greater extent than its expenses grew, by increasing taxes and reducing the budget in several areas, including the health system. In both years, several distortions were observed between the Annual Budget approved by the Legislative and the budget executed by the Executive, with increased spending on non-priority services, such as advertising, to the detriment of strategic actions and programs in areas such as health, education and social assistance. Budget cuts were made directly in some sectors and in a disguised way in sensitive areas for the population, such as health. The impacts of the austerity policy on health already extend beyond budget reduction, with cuts in supply and quality of services provided to the population. These identified distortions reinforce the need to improve society's instruments for monitoring the public budget, as well as strategies for their intervention.

Keywords: Austerity. Public health. Public budget.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Impactos do composto crise/austeridade sobre a saúde	14
Figura 2 - Linha do tempo da publicação dos documentos norteadores do orçamento público em 2017 e 2018.....	22

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fontes dos dados selecionados para a análise do orçamento do Município do Rio de Janeiro nos anos de 2017 e 2018	23
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Receitas previstas e realizadas do Município do Rio de Janeiro, em 2017, por fonte de recursos.....	25
Tabela 2 - Despesas do Município do Rio de Janeiro em 2017	26
Tabela 3 - Empenhos previstos e realizados pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 2017, por função e categoria de recurso	28
Tabela 4 - Programas com empenho de recursos não vinculados superior ao valor originalmente previsto em LOA, no exercício de 2017, no Município do Rio de Janeiro	30
Tabela 5 - Programas sem empenho de recursos não vinculados, no exercício de 2017 pela Prefeitura do Rio de Janeiro	31
Tabela 6 - Ações do Programa “Serviços de Utilidade Pública à População, Proteção e Defesa do Consumidor” executados no exercício 2017 pela Prefeitura do Rio de Janeiro, por categoria de recursos.....	33
Tabela 7 - Receitas previstas e realizadas do Município do Rio de Janeiro, em 2018, por fonte de recursos.....	34
Tabela 8 - Despesas do Município do Rio de Janeiro em 2018.	35
Tabela 9 - Empenhos previstos e realizados pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 2018, por função e categoria de recurso	37
Tabela 10 - Programas com empenho de recursos não vinculados superior ao valor originalmente previsto em LOA, no exercício de 2018, no Município do Rio de Janeiro	39
Tabela 11 - Programas sem empenho de recursos não vinculados, no exercício de 2018 pela Prefeitura do Rio de Janeiro	40
Tabela 12 - Ações do Programa “Informações Estatísticas, Cartográficas e Dados Gerais sobre a Cidade” executados no exercício 2018 pela Prefeitura do Rio de Janeiro, por categoria de recursos	42
Tabela 13 - Ações do Programa “Serviços de Utilidade Pública à População, Proteção e Defesa do Consumidor” executados no exercício 2018 pela Prefeitura do Rio de Janeiro, por categoria de recursos.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGM	Controladoria Geral do Município
ESF	Estratégia Saúde da Família
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA	Índice Geral de Preços ao Consumidor Ampliado
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto
PLDO	Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA	Plano Plurianual
PRJ	Prefeitura do Rio de Janeiro
SMS	Secretaria Municipal de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 AUSTERIDADE E SAÚDE.....	13
2.2 ORÇAMENTO PÚBLICO	15
2.3 O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	18
2.3.1 Visão Geral	18
2.3.2 Perfil da população e a Rede de Assistência à Saúde	20
2.3.3 Crise Financeira	21
3 MATERIAIS E MÉTODOS	22
3.1 OBTENÇÃO DOS DADOS.....	22
3.2 ANÁLISE DAS RECEITAS PREVISTAS E REALIZADAS	23
3.3 ANÁLISE DAS DESPESAS PREVISTAS E REALIZADAS	23
4 RESULTADOS	25
4.1 ORÇAMENTO EM 2017.....	25
4.1.1 Receitas previstas e realizadas do Município do Rio de Janeiro	25
4.1.2 Despesas previstas e realizadas do Município do Rio de Janeiro	26
4.1.3 Despesas previstas e empenhadas do Município do Rio de Janeiro, por função	26
4.1.4 Despesas previstas e empenhadas do Município do Rio de Janeiro, por Programa de Trabalho	29
4.2 ORÇAMENTO EM 2018.....	34
4.2.1 Receitas previstas e realizadas do Município do Rio de Janeiro	34
4.2.2 Despesas previstas e empenhadas do Município do Rio de Janeiro	34
4.2.3 Despesas previstas e empenhadas do Município do Rio de Janeiro, por função	35
4.2.4 Despesas previstas e empenhadas do Município do Rio de Janeiro, por Programa de Trabalho	38
5 DISCUSSÃO	43
6 CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE	52

1 INTRODUÇÃO

As políticas de austeridade fiscal são uma das ferramentas adotadas quando existe um desequilíbrio nas contas públicas, com as despesas do governo superando a receita arrecadada. O mecanismo da política de austeridade é baseado na redução dos gastos públicos e do papel do Estado como promotor do bem-estar social, que pode ou não ser acompanhado por um aumento dos tributos, buscando o reequilíbrio do orçamento (DHESCA, 2017). Na contramão da falaciosa e propagada tese de efetividade da política de austeridade fiscal para o ajuste econômico, fortes evidências científicas demonstram os impactos negativos da austeridade para a retomada da economia (OSTRY *et al.*, 2016; STIGLITZ, 2017). Apesar de tal quadro, no Brasil o discurso favorável à austeridade tem sido implementado pelo governo nos últimos anos. E embora tenha sido propagada como necessária para ajustes de curto prazo, o que se observa é que algumas de suas medidas, como a Emenda Constitucional 95 de 2016, diminuem, na verdade, a atuação do governo na redução de desigualdades sociais pelos próximos 20 anos (VIEIRA *et al.*, 2018).

Frequentemente, as áreas mais afetadas pela redução de recursos são as relacionadas à proteção social dos indivíduos, como a previdência, assistência social e a saúde. Revisão publicada em 2015 verificou um aumento da taxa de suicídio relacionado à crise econômica (VAN HAL, 2015). A adoção de políticas de austeridade em Portugal acompanhou a piora no acesso aos serviços de saúde (LEGIDO-QUIGLEY, *et al.*, 2016) e tem sido associada ao aumento da pobreza e da desigualdade, fatores diretamente relacionados à saúde da população (LABONTÉ; STUCKLER, 2015). No Brasil, o subfinanciamento do sistema de seguridade social tem sido sistematicamente demonstrado por diversos estudos (BARROS; PIOLA, 2016; MARQUES, 2017; TOBALDINI; SUGUIHIRO, 2011). Não é de espantar, portanto, que um dos impactos da adoção das políticas de austeridade seja a redução dos recursos destinados às políticas sociais.

Em tal contexto, verifica-se que a austeridade do governo resulta na privação de direitos fundamentais para uma parte da população, especialmente aquela mais vulnerável em momentos de crise econômica.

O Município do Rio de Janeiro vem apresentando uma série histórica de *déficit* fiscal em suas contas. Em 2015 a Prefeitura apresentou um *déficit* orçamentário de R\$ 904.115,00; em 2016, o *déficit* foi de R\$ 611.457,00 (PRJ/CGM, 2016, 2017).

A nova gestão da Prefeitura, referente ao quadriênio 2017 – 2020 iniciou um governo pautado em políticas de austeridade fiscal, com o intuito de reduzir o *déficit* do Município

(BRITO, 2016; MAGALHÃES, 2016; ANDRADE, 2017; BARBOSA; FERREIRA; SAVEDRA, 2017). No entanto, mesmo em tempos de austeridade, a Saúde seria prioridade da gestão, como indicado em discurso do prefeito, proferido em 31 de outubro de 2016, após sua eleição ao cargo:

A voz maiúscula das urnas clamou para que cuidássemos das pessoas. Vamos investir pesado em saúde. Cabe ao prefeito ser o gestor pleno do SUS. O terceiro turno nos hospitais levará ao fim da fila hedionda de cirurgias de baixa complexidade, como a de catarata, que de dois a três anos pode levar à cegueira – disse Crivella. (CRIVELLA, 2016, p. 1).

A necessidade de equilibrar as contas públicas é real, assim como a opção de contenção de despesas escolhida pelo governo do Município do Rio de Janeiro para alcançar esse equilíbrio. No entanto, quando a seguridade social e, mais especificamente a saúde da população mais vulnerável, é o maior alvo do corte de despesas, cabe refletir se a adoção de medidas de ajuste fiscal importa, necessariamente, em restrição a políticas, direitos e conquistas sociais ou se ela pode ser coadunada com medidas de redução de desigualdades, políticas públicas de direitos sociais de caráter universal e desenvolvimento econômico. O objetivo do presente estudo é caracterizar a política de austeridade implementada no Município do Rio de Janeiro nos anos de 2017 e 2018.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AUSTERIDADE E SAÚDE

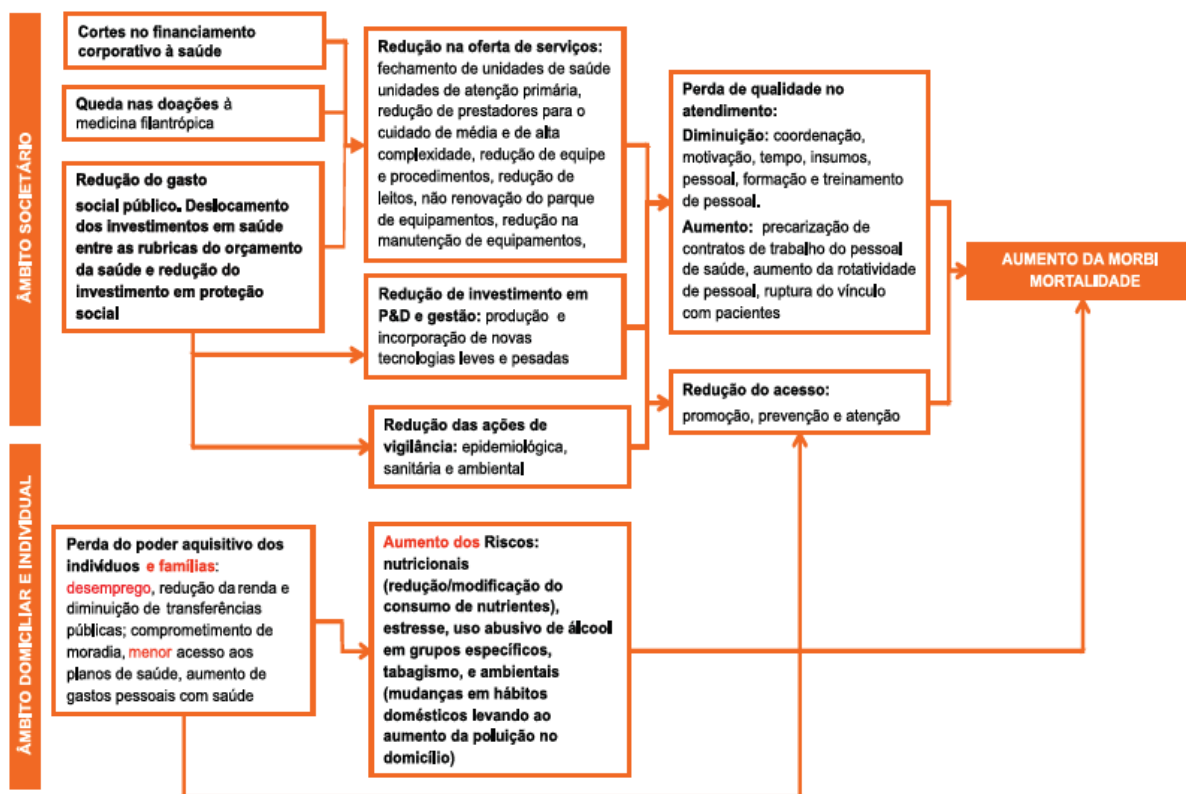
A relação entre a economia de uma região e a saúde de sua população é muito próxima, como observado por estudos sobre os efeitos de mudanças macroeconômicas em diferentes sociedades, seja em períodos de crescimento ou de recessão, na saúde da população (GRANADOS, 2005; DORLING, 2009). Dentre as mudanças econômicas, destacam-se aquelas relacionadas ao desemprego (CATALANO, 1991; HAMMARSTRÖM; JANLERT, 2005). Em relação aos seus impactos sobre a saúde, duas áreas são foco de elevado interesse da academia: a saúde mental daqueles afetados pelas crises (BRENNER, 1973; GILI, *et al.*, 2013) e tendências de mortalidade (WAGSTAFF, 1985; GRANADOS, 2005).

Essa relação economia-saúde pode ser direta ou indireta, como mostra a Figura 1, elaborada por Schramm e colaboradores (2018). Nela, os autores mostram os diferentes caminhos pelos quais uma crise leva à piora da situação de saúde da população. Para o indivíduo, a perda de poder aquisitivo aumenta sua vulnerabilidade aos fatores de risco ao mesmo tempo em que reduz o seu acesso a serviços privados de saúde. Já o governo reduz o orçamento destinado às políticas sociais, diminuindo a qualidade e a acessibilidade aos serviços. E em um círculo vicioso, é confrontado com o crescimento na demanda pelos serviços públicos de saúde, com aumento no número de usuários e o agravamento da situação de saúde dos mesmos.

As crises econômicas frequentemente levam à uma piora das contas públicas, afetadas pela redução da arrecadação de receitas. Políticas de austeridade fiscal são o receituário comumente aplicado para alcançar o equilíbrio das contas, com a redução dos gastos públicos e/ou o aumento dos tributos. Não é incomum que a redução dos gastos públicos seja realizado em programas sociais, afetando a capacidade do sistema de ofertar serviços de saúde na quantidade e qualidade demandada pela população.

A recessão econômica mundial que se iniciou em 2008 e ainda hoje afeta, em diferentes graus de extensão, diversos países, forneceu vasto material de estudo para os efeitos sobre a saúde não somente da crise como também das medidas econômicas desenvolvidas em resposta, especialmente no que tange aos países europeus.

Figura 1 - Impactos do composto crise/austeridade sobre a saúde



Fonte: Reproduzido de SCHRAMM *et al.*, (2018, p. 24).

Diversos estudos analisaram o impacto da crise financeira de 2008 na saúde mental dos trabalhadores. Na Espanha, a crise foi acompanhada por um crescimento no número de atendimentos por depressão (GILI *et al.*, 2012). Stuckler e colaboradores (2011) verificaram que o número de suicídios, cuja tendência era de declínio, passou a ser crescente. Essa relação entre crise e aumento do número de suicídios também foi observada em análises de crises anteriores (STUCKLER *et al.*, 2012). No entanto, essa relação entre crise e suicídio pode ser minimizada, desde que os governos possuam fortes sistemas de proteção social (STUCKLER *et al.*, 2009).

Os impactos não foram somente sentidos na saúde mental da população. Na Grécia, um dos países mais fortemente atingidos pela crise, foi observado o aumento da incidência de doenças como a malária e o HIV (DANIS *et al.*, 2011; KENTIKELI, *et al.*, 2011).

Os sistemas de saúde encontram-se, portanto, duplamente pressionados. Se por um lado, a demanda pelos seus serviços aumenta com o deterioramento da situação de saúde dos indivíduos, por outro são alvos das políticas de austeridade, com cortes das verbas destinadas à sua manutenção. Na Espanha, por exemplo, uma das respostas para a crise foi a reformulação do sistema de saúde pelo governo que, dentre as alterações, transformou a existência de

vínculo empregatício condição para o acesso aos serviços, outrora garantidos a todos os residentes (RADA, 2012). Tal mudança deve ser considerada não somente à luz da crise financeira que o país enfrentava, mas também da crise imigratória vigente. Em Portugal uma das alterações no sistema de saúde foi o aumento dos percentuais de co-participação e o início da cobrança por serviços anteriormente gratuitos (BARROS, 2012). O aumento do percentual de co-participação também foi adotado na Itália, que realizou mudanças nos parâmetros hospitalares, com redução do número de leitos por habitantes (GIULIO DE BELVISA, *et al.*, 2012).

Estudo de Reeves e colaboradores (2014) verificou que o impacto negativo sobre o orçamento da saúde em tais países está fortemente associado com a tomada de empréstimos com instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse estudo, que analisou o impacto da crise financeira e das medidas de austeridade adotadas por 27 países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o orçamento da saúde, verificou que não somente o orçamento da saúde não foi preservado como em diversos casos foi vítima dos maiores cortes.

Assim, como afirmam Schramm e colaboradores (2018), embora a efetividade das medidas de austeridade seja incerta e condicionada por fatores políticos, os estudos realizados mostram que os impactos de tais medidas sobre a saúde da população certamente serão observados.

2.2 ORÇAMENTO PÚBLICO

O orçamento público descreve a captação e utilização dos recursos dos entes públicos (BRASIL, 2018). O orçamento geral é constituído por três orçamentos: o orçamento da seguridade fiscal, que compreende a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde; o orçamento de investimento das empresas em que o ente federativo possua a maioria do capital social com direito a voto; e o orçamento fiscal, que engloba as despesas não relacionadas à Seguridade Social nem ao investimento.

O ciclo orçamentário brasileiro contempla as quatro fases descritas por Van Hagen (1995): o estágio de planejamento, o estágio de aprovação, a fase de implementação e a fase de controle *ex-post*. É regulamentada por uma legislação orçamentária, composta pela Lei nº 4.320, de 1967, pela Constituição Federal de 1988 e, desde 2000, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000).

De acordo com a Constituição Federal, são três os instrumentos norteadores do orçamento público, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A elaboração dos três instrumentos é responsabilidade do Poder Executivo.

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo, compreendendo quatro anos de execução, que se inicia no segundo ano de mandato do executivo e se estende até o primeiro ano subsequente. Dessa forma, sua elaboração ocorre durante o primeiro ano de mandato, constando os objetivos estratégicos do governo, com os programas e estimativa de recursos necessários para sua execução. O PPA do Município do Rio de Janeiro é estruturado em Áreas de Resultado, nos quais são definidos programas. Cada programa possui um objetivo (que pode ser solucionar um problema ou atender a uma necessidade ou demanda da sociedade), um público-alvo, a menos um indicador para avaliar sua efetividade e o valor que o gestor pretende gastar durante os quatro anos. Para que o objetivo de um programa seja alcançado devem ser executadas as ações que o compõem. Os programas são divididos em estratégicos e complementares. Os programas estratégicos são aqueles diretamente relacionados aos objetivos estratégicos do governo para o quadriênio, indicando as prioridades do governo. Já os programas complementares estão associados à manutenção do governo, incluindo as despesas com pessoal (RIO DE JANEIRO, 2014).

O Poder Executivo deve elaborar o projeto de Lei do PPA e enviar para análise do Poder Legislativo até o dia 31 de agosto do primeiro ano de mandato. Durante o processo de aprovação do projeto de lei do PPA, os membros do Poder Legislativo (vereadores no âmbito municipal e distrital, deputados nos âmbitos estadual e federal) podem propor alterações no projeto, denominadas emendas.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem a função de ligar o PPA aos Planos Orçamentários Anuais (LOA), tendo caráter anual, sendo válida do dia 1º de janeiro ao dia 31 de dezembro do mesmo ano. A LDO definirá quais metas definidas no PPA serão prioritárias no ano seguinte e buscará compatibilizar essas metas com as estimativas financeiras, orientando, portanto, a elaboração da lei orçamentária anual. É na LDO que as Metas Fiscais para o exercício são definidas. Para o cálculo da estimativa de receita são considerados os dados do exercício a que se refere e para os dois seguintes, o contexto do momento, a legislação vigente e as expectativas dos seguintes indicadores macroeconômicos: PIB, IPCA, IGP, taxa média de câmbio real-dólar e taxa média de juros SELIC (RIO DE JANEIRO, 2018). Assim como o PPA, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) deve ser

elaborado pelo Poder Executivo e enviado para aprovação do Legislativo até o dia 15 de abril do ano anterior, devendo ser alterado e aprovado até o dia 17 de julho.

O terceiro instrumento norteador da execução orçamentária é a Lei Orçamentária Anual (LOA), que apresenta as estimativas de receitas e despesas da administração direta e indireta para o ano seguinte. As estimativas de receitas são provenientes da LDO. Já as propostas de despesas são elaboradas pelas diferentes áreas do Executivo e pelos demais Poderes, para então serem consolidadas pelo órgão responsável pelo Planejamento. Com base na LDO o Executivo elabora o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), que deve ser enviada para o Poder Legislativo até o dia 31 de agosto do ano anterior do exercício a que se refere. Assim como no PPA e na LDO, os legisladores podem realizar emendas ao projeto de lei, que uma vez aprovado e sancionado pelo Presidente da República, passa a ser a LOA.

Como o PLOA inicia sua tramitação cerca de quatro meses antes do início do ano a que se refere, após a aprovação do orçamento é necessário que o Poder Executivo publique o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, que irá adequar os valores estimados no PLOA às previsões atualizadas de receita, alterando também as despesas. Esse decreto pode sofrer alterações ao longo do ano e quando reduz as despesas ocorre o contingenciamento. Além do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, o Executivo também dispõe dos Decretos de Créditos Adicionais, que permitem uma maior flexibilidade na execução do orçamento pelo Executivo. Por meio desses decretos é possível realocar valores entre despesas, quando o valor anteriormente aprovado for insuficiente (créditos suplementares), ou quando for necessário realizar despesas não previstas (créditos especiais) ou em caso de despesas consideradas urgentes e imprevisíveis (créditos extraordinários).

As despesas são efetuadas em três etapas: empenho, liquidação e pagamento. O empenho é o registro da despesa prevista no momento em que um bem é adquirido ou um serviço é contratado. A despesa será liquidada quando for comprovada a entrega do bem ou a realização do serviço contratado. Nesse momento o ente federativo passa a reconhecer o direito adquirido pelo credor. O pagamento é a última etapa da despesa, quando ocorre a transferência de recursos do ente federativo para o credor. No entanto, durante um exercício (que se refere ao dia 1º de janeiro de um ano ao dia 31 de dezembro do mesmo ano) pode ocorrer de despesas serem empenhadas, porém não liquidadas, ou serem liquidadas, porém não pagas durante o mesmo exercício. Quando isso ocorre, criam-se restos a pagar. As despesas que foram empenhadas, porém não liquidadas durante o mesmo exercício entrarão para o exercício subsequente como restos a pagar não processados. Já as despesas liquidadas, porém não pagas no mesmo exercício, se tornam restos a pagar processados do exercício subsequente.

Um exemplo de restos a pagar processados é a folha de pagamento dos servidores de dezembro, que será processada em um exercício, porém paga apenas em janeiro do exercício subsequente.

As despesas dos entes federativos podem ser classificadas de acordo com a identificação do órgão ou unidade responsável pela realização da despesa (classificação institucional) ou de acordo com área de despesa a qual a despesa se refere (classificação funcional). Além disso, as despesas também podem ser identificadas pelo objetivo a ser atendido com sua realização, por meio do programa na qual se inserem, ou pela ação pela qual o objetivo será alcançado.

Outro elemento importante na classificação das despesas é a fonte de recursos que será utilizada para seu pagamento. Podemos identificar dois grandes grupos de fontes de recursos, os recursos vinculados e os recursos não vinculados. O recurso ou receita vinculada é aquele onde existe uma destinação já estabelecida por lei para sua aplicação. Já o recurso ou receita não vinculada é aquele cuja destinação fica a critério do administrador público.

2.3 O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

2.3.1 Visão Geral

O Município do Rio de Janeiro é a capital e maior cidade do estado homônimo. Com área de 1.200,177 km², possui cerca de 6.688.927 habitantes (IBGE, 2019) e administrativamente é dividido em 10 áreas de Planejamento em Saúde (AP). Em 2013 seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) era de 0,799 (PNUD,FJP,IPEA, 2013). A cidade se caracteriza por sua grande heterogeneidade. Por exemplo, a AP 2.1 possui a maior concentração de idosos da cidade (23,1%) e tem o maior IDH dentre as AP, ao mesmo tempo em que nela se encontra a comunidade da Rocinha (29º no ranking do IDH). Já a AP 4 abrange a um quarto da área da cidade enquanto as AP 3.1, 3.2 e 3.3 abrigam a metade de todos os moradores de comunidades do Município (PRJ/SMS, 2013).

O Produto Interno Bruto (PIB) do Município em 2016 foi de R\$ 329 bilhões, representando 5,26% do PIB do país e superado apenas pelo Município de São Paulo. O principal setor é o de serviços, responsável por cerca de 53,8% do PIB, seguido pela arrecadação de impostos (20,7%). Apesar de ter o segundo maior PIB do país, seu PIB per capita é de R\$ 50.690,82, o oitavo maior do estado e o 277º do país (IBGE, 2019).

2.3.2 Perfil da população e a Rede de Assistência à Saúde

Assim como observado no país, a pirâmide demográfica da cidade vem se alterando, com estreitamento da sua base e expansão do topo, relacionada com a redução da taxa de fecundidade e aumento da expectativa de vida da população (PRJ/SMS, 2018a), o que por sua vez tem impacto sobre as políticas de promoção da saúde e cuidado integral em todos os ciclos de vida.

O padrão de morbidade do Município tem-se caracterizado pela crescente prevalência e incidência de doenças crônicas não transmissíveis, ao mesmo tempo em que doenças transmissíveis como as arboviroses (febre amarela, dengue, zica e chikungunya), hepatites, tuberculose, sífilis e HIV configuram importantes problemas de saúde. Dentre as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) podem ser citadas as doenças cardiovasculares, diabetes e as neoplasias malignas (PRJ/SMS, 2018a).

Já o perfil de mortalidade mostra predomínio das doenças cardiorrespiratórias e das neoplasias dentre as DCNT e da tuberculose e AIDS dentre as doenças transmissíveis. As causas externas são a quarta maior causa de mortalidade no Município. Outro dado relevante é a mortalidade infantil, que desde 2014 apresenta tendência de crescimento, e a razão de mortalidade materna, com tendência crescente desde 2005 (PRJ/SMS, 2018a).

A rede de saúde pública do Município é extensa e abrange 51 hospitais, 10.137 leitos hospitalares, 35 Unidades de Pronto Atendimento (UPA), 34 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e 231 unidades de Atenção Primária, distribuídos pela gestão municipal, estadual e federal. A Rede de Atenção Primária no Município é organizada segundo o modelo de Estratégia Saúde da Família (ESF) com cobertura de 70% da população da cidade (PRJ/SMS, 2018a).

Dentre as alterações mais significativas ocorridas na rede de saúde municipal nos últimos anos podemos destacar a municipalização dos hospitais Rocha Faria e Albert Schweitzer em janeiro de 2016 e a expansão no número de equipes da ESF de 849 para 1263, que ocorreu principalmente durante o segundo semestre do mesmo ano. Com a municipalização a gestão municipal se tornou responsável pela maioria dos procedimentos hospitalares, além de manter 84% das unidades do município (PRJ/SMS, 2017).

2.3.3 Crise Financeira

Desde 2014 o Brasil enfrenta uma forte recessão econômica, que afetou Estados e Municípios. Com os eventos da Copa do Mundo e das Olimpíadas a cidade do Rio de Janeiro foi capaz de postergar os sinais da crise financeira. Como citado anteriormente, parte considerável das receitas do Município do Rio de Janeiro é proveniente da arrecadação de impostos sobre serviços, que é impactado pela desaceleração da economia da capital. Por exemplo, desde o fim das Olimpíadas, cerca de treze hotéis encerraram atividades (COELHO, 2019). Apesar da crise, em 2016, a prefeitura foi capaz de reduzir o déficit de 2015 com o aumento do percentual de receita arrecadada e da despesa empenhada (PRJ/CGM, 2017).

Durante a campanha eleitoral de 2016, o então candidato Marcelo Crivella destacou sua intenção de realizar uma gestão pautada em políticas de austeridade, com o intuito de restabelecer o equilíbrio das contas do Município (MAGALHÃES, 2016).

Apesar da situação financeira, o Município aplicou, de 2013 até 2016, percentuais crescentes de recursos próprios em ações e serviços de saúde, sempre acima dos 15% determinado pela Emenda Complementar nº 29/2000 (PRJ/SMS, 2013; 2014; 2015; 2016). Sinalizava, portanto, que a saúde era política prioritária na gestão do Município do Rio de Janeiro.

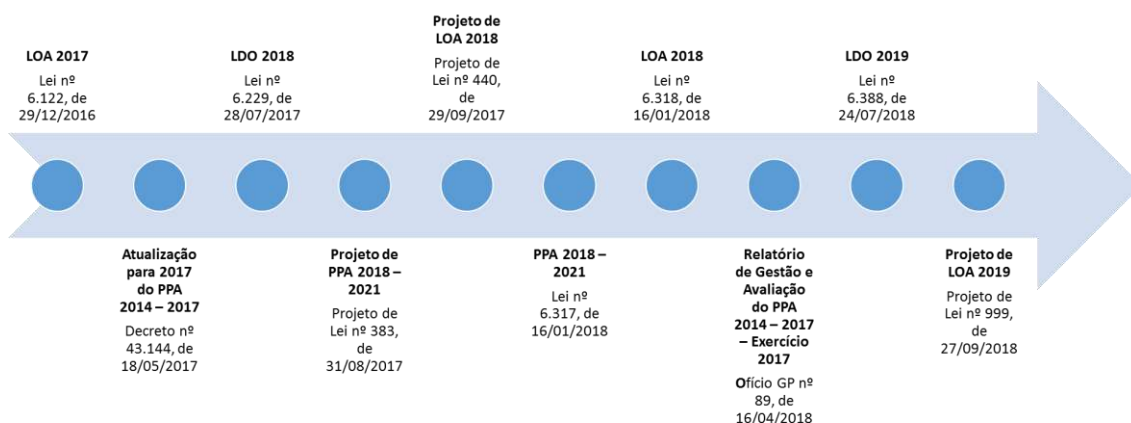
3 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada por meio de análise documental dos instrumentos formais de planejamento do governo municipal do Rio de Janeiro, com enfoque nos anos de 2017 e 2018, na gestão do Prefeito Marcelo Crivella.

3.1 OBTENÇÃO DOS DADOS

Os documentos que foram analisados na perspectiva orçamentária são: os Planos Plurianuais (PPA) dos quadriênios 2014 – 2017 e 2018 – 2021, as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) dos anos 2017 e 2018, os Projetos de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2017 e 2018, as Leis Orçamentárias Anuais (LOA) de 2017 e 2018, além dos decretos de abertura de créditos suplementares publicados no Diário Oficial do Município no período entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2018. Os documentos a serem analisados e sua data de publicação encontram-se ordenados na linha do tempo mostrada na Figura 2.

Figura 2 - Linha do tempo da publicação dos documentos norteadores do orçamento público em 2017 e 2018.



Fonte: Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro.

O Quadro 1 mostra os elementos selecionados de cada instrumento para a análise. Optou-se por não incluir na análise comparativa as propostas de despesas orçamentárias do Executivo disponíveis nas PLOAs, dando-se preferência aos valores aprovados pelo Legislativo e incluídos nas LOAs. Os dados referentes às receitas e despesas previstas foram obtidos das Leis Orçamentárias Anuais de 2017 e 2018. As despesas denominadas “Orçamento Atualizado” foram obtidas dos decretos de abertura de créditos suplementares. Para os dados

referentes às receitas realizadas e despesas empenhadas foram utilizados os arquivos de dados disponibilizados no sítio eletrônico oficial da Prefeitura “Rio Transparente”, (riotransparente.rio.rj.gov.br), na aba “Dados Abertos”. Os arquivos de dados foram obtidos em janeiro de 2019, a fim de obter os dados finais do exercício 2018.

Quadro 1 - Fontes dos dados selecionados para a análise do orçamento do Município do Rio de Janeiro nos anos de 2017 e 2018

Receitas	
Dado	Fonte
Receita Prevista para 2017 e 2018	LOA 2017, LOA 2018
Receita Realizada em 2017 e 2018	riotransparente.rio.rj.gov.br
Despesas	
Dado	Fonte
Programas e Ações Estratégicos e Complementares para 2017	PPA 2014 - 2017
Programas e Ações Estratégicos e Complementares para 2018	PPA 2018 - 2021
Orçamento Inicial (por função, programa e ação)	LOA 2017, LOA 2018
Orçamento Atualizado (por função, programa e ação)	Decretos de abertura de crédito suplementar, publicados no DMRJ
Despesa Empenhada (por função, programa e ação)	riotransparente.rio.rj.gov.br
Despesa Liquidada (por função, programa e ação)	riotransparente.rio.rj.gov.br
Despesa Paga (por função, programa e ação)	riotransparente.rio.rj.gov.br
Restos a Pagar Pagos (por função, programa e ação)	riotransparente.rio.rj.gov.br

3.2 ANÁLISE DAS RECEITAS PREVISTAS E REALIZADAS

A arrecadação de receitas pelo Município foi calculada por Fonte de Recursos, em valores absolutos e em percentual de receita realizada.

Na análise das receitas, as Fontes de Recursos foram agrupadas em três categorias: “Recursos não Vinculados” (fontes 100, 101, 102 e 104), “Recursos Vinculados à Saúde” (fontes 120, 180 a 185 e 195) e “Recursos Vinculados” (demais fontes).

3.3 ANÁLISE DAS DESPESAS PREVISTAS E REALIZADAS

Para a análise do orçamento inicial e atualizado foram excluídos os registros referentes aos órgãos “Câmara Municipal do Rio de Janeiro” e “Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro”, pois sua execução compete ao Poder Legislativo, embora sua previsão de despesas esteja detalhada na LOA. Também foram subtraídos os valores destinados à Reserva de

Contingência, item da contabilidade pública na qual são alocadas despesas cuja fonte de recursos ainda não foi realizada.

Inicialmente foram calculados os valores referentes às despesas totais previstas, o “Orçamento Atualizado”, os valores empenhados, liquidados, pagos, restos a pagar pagos e os restos a pagar registrados ao final do exercício.

A seguir, as despesas foram analisadas discriminadas pela Fonte de Recursos empenhada (agrupadas em duas categorias: “Recursos não Vinculados” e “Recursos Vinculados + Outras Fontes”), separadas por Função e Programas e Ações. Optou-se por não realizar as análises utilizando a classificação institucional das despesas pois durante o período analisado diversas ações e programas foram remanejados entre as pastas, sendo, portanto, a utilização da classificação funcional mais desejável por sua estabilidade ao longo do tempo. Para cada despesa foram calculados: o total empenhado e a participação da despesa na despesa total do Município. Enquanto a comparação dos totais empenhados a cada ano permitiria visualizar reduções ou aumento diretos do orçamento das funções, programas e ações, a análise da evolução da participação da despesa permite identificar quais funções, programas e ações, diante da perspectiva da não execução total do orçamento previsto, foram consideradas prioritárias pelo governo.

Programas com percentuais de empenho superiores a 200% do valor previsto na LOA foram examinados em nível de ações, a fim de melhor identificar a origem da discrepância identificada e a categoria de recursos empenhados para seu pagamento.

Os valores referentes ao ano de 2017 foram atualizados a reais de 2018 por meio do Índice Geral de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA. Todas as análises foram realizadas utilizando o software Microsoft Excel 2017.

4 RESULTADOS

A partir da análise documental realizada, foi possível reconstruir a sequência de eventos norteadores da execução orçamentária da Prefeitura do Rio de Janeiro, durante os anos de 2017 e 2018. A seguir serão mostradas as alterações ocorridas no orçamento ao longo dos exercícios de 2017 e 2018 na execução da política de austeridade fiscal proposta pela Prefeitura.

4.1 ORÇAMENTO EM 2017

Quando a gestão do Prefeito Marcelo Crivella assumiu a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, no dia 1º de janeiro de 2017, com mandato até o dia 31 de dezembro de 2020, já tinham sido aprovados o PPA 2014 – 2017, a LDO de 2017 e a LOA 2017 pela gestão anterior. Serão mostradas as diferenças entre as receitas e despesas previstas e as realizadas.

4.1.1 Receitas previstas e realizadas do Município do Rio de Janeiro

A Tabela 1 mostra as receitas previstas e a arrecadação alcançada pela Prefeitura do Rio de Janeiro durante 2017, pelas fontes de recursos. Em 2017 foram arrecadados 85,2% da receita prevista, com uma frustração de arrecadação de R\$ 4 bilhões (em valores atualizados para 2018). A principal fonte de recursos da Prefeitura são as receitas não vinculadas, que são recursos provenientes da arrecadação de taxas e impostos. Esses recursos foram os que sofreram a maior frustração de receitas, com 83,1% do montante previsto sendo efetivamente arrecadado. O maior percentual de arrecadação foi na categoria de recursos vinculados à saúde, ou seja, recursos que somente podem ser utilizados para despesas de ações e serviços de saúde, que arrecadou 95,1% do total previsto.

Tabela 1 - Receitas previstas e realizadas do Município do Rio de Janeiro, em 2017, por fonte de recursos

(R\$ de 2018)

FONTE DE RECURSOS	RECEITAS 2017				
	VALOR PREVISTO		VALOR ARRECADADO		
	R\$	% TOTAL	R\$	% TOTAL	% ARRECADADO
ORDINÁRIOS NÃO VINCULADOS	15.547.758.564,09	57,1	12.918.400.345,93	55,7	83,1
RECURSOS VINCULADOS	10.304.917.295,64	37,9	8.977.626.002,91	38,7	87,1
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	1.370.640.519,14	5,0	1.303.543.435,02	5,6	95,1
TOTAL	27.223.316.378,87	100,0	23.199.569.783,86	100,0	85,2

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos do Rio Transparente.

4.1.2 Despesas previstas e realizadas do Município do Rio de Janeiro

A Tabela 2 mostra a execução orçamentária do Município do Rio de Janeiro em 2017. Em 2017 o orçamento atualizado foi 2,5% menor do que o valor originalmente previsto na LOA, uma redução de R\$ 659 milhões (em valores atualizados para 2018). Foram empenhados 90% do orçamento inicial e foram pagos durante o exercício 90,5% dessas despesas empenhadas. A Prefeitura ainda pagou R\$ 1,3 bilhões em despesas de exercícios anteriores, o que correspondeu a 5,8% do total de pagamentos realizados em 2017. Ao final do exercício foram registrados R\$ 2,3 bilhões em restos a pagar, a serem pagos futuramente.

Tabela 2 - Despesas do Município do Rio de Janeiro em 2017

(R\$ de 2018)

Despesas		2017
Orçamento Inicial	R\$ (a)	26.325.626.435,11
Orçamento Atualizado	R\$ (b)	25.667.004.093,64
	% (b-a)*100/a	-2,5
Empenhado	R\$ (c)	23.704.520.670,28
	% (c*100/a)	90,0
Liquidado	R\$ (d)	23.211.220.725,10
	% (d*100/c)	97,9
Pago	R\$ (e)	21.444.721.612,74
	% (e*100/c)	90,5
Restos a Pagar Pagos	R\$ (f)	1.309.203.139,03
	% f*100/(f+e)	5,8

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos do Rio Transparente.

4.1.3 Despesas previstas e empenhadas do Município do Rio de Janeiro, por função

A seguir são mostrados os empenhos realizados pela Prefeitura em 2017, discriminados pela sua função (Tabela 3). Em 2017 foram empenhados R\$ 2,6 bilhões a menos do que o previsto, um percentual de empenho de 90%. O percentual de empenho de recursos não vinculados foi de 88,2% e de recursos vinculados e de outras fontes foi de 92,3%. As duas funções com maior participação nas despesas totais foram Educação (23,2%) e Saúde (19,2%). Apesar do valor empenhado em ambas as funções ter sido menor do que o valor previsto, sua participação no total empenhado no ano aumentou (para 24,1% e 19,5%, respectivamente). Na Educação a maior diferença ocorreu nos valores a serem pagos com recursos vinculados ou de outras fontes, onde deixaram de ser empenhados R\$ 281 milhões. Já na Saúde deixaram de ser empenhados R\$ 343 milhões dos recursos não vinculados e R\$

72 milhões de recursos vinculados. Quatro funções tiveram empenhos totais em montante superior ao previsto: Comércio e Serviços (R\$ 14 milhões a mais), Trabalho (R\$ 1,3 milhões a mais), Judiciária (R\$ 1,1 milhões) e Direitos da Cidadania (R\$ 163 mil). Nas funções Judiciária e Direitos da Cidadania, esse resultado foi devido a um maior empenho com utilização de recursos vinculados e de outras fontes; na função Trabalho se deveu a um maior empenho com utilização de recursos não vinculados e na função Comércio e Serviços, os empenhos foram superiores ao previsto tanto com utilização de recursos vinculados como de não vinculados. Além das funções Trabalho e Comércio e Serviços, a Previdência Social também teve empenho com recursos não vinculados superior ao previsto (R\$ 47 milhões a mais).

Tabela 3 - Empenhos previstos e realizados pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 2017, por função e categoria de recurso

(R\$ de 2018)

FUNÇÃO	2017 (em reais de 2018)											
	NÃO VINCULADOS				VINCULADOS + OUTRAS FONTES				TOTAL			
	PREVISTO		EMPENHADO		PREVISTO		EMPENHADO		PREVISTO		EMPENHADO	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
02 - JUDICIARIA	84.007.827,96	0,6	77.063.898,86	0,6	35.420.778,29	0,3	43.443.219,43	0,4	119.428.606,25	0,5	120.507.118,29	0,5
04 - ADMINISTRACAO	2.334.342.408,21	15,9	1.826.981.658,34	14,1	291.694.887,01	2,5	701.191.144,25	6,5	2.626.037.295,22	10,0	2.528.172.802,59	10,7
06 - SEGURANCA PUBLICA	493.587.951,48	3,4	468.334.655,23	3,6	5.791.950,86	0,0	7.945.955,88	0,1	499.379.902,34	1,9	476.280.611,11	2,0
08 - ASSISTENCIA SOCIAL	489.490.051,73	3,3	344.813.345,96	2,7	193.434.873,50	1,7	220.878.962,33	2,1	682.924.925,23	2,6	565.692.308,29	2,4
09 - PREVIDENCIA SOCIAL	34.792.573,46	0,2	82.076.776,43	0,6	4.439.768.176,80	38,1	4.225.473.656,47	39,2	4.474.560.750,26	17,0	4.307.550.432,90	18,2
10 - SAUDE	3.560.744.686,19	24,3	3.217.416.816,56	24,9	1.485.263.573,38	12,7	1.413.338.806,46	13,1	5.046.008.259,57	19,2	4.630.755.623,02	19,5
11 - TRABALHO	9.696.954,75	0,1	13.041.434,01	0,1	3.072.883,89	0,0	1.007.284,80	0,0	12.769.838,64	0,0	14.048.718,81	0,1
12 - EDUCACAO	3.184.128.097,20	21,7	3.081.213.320,02	23,8	2.922.924.431,01	25,1	2.641.779.028,29	24,5	6.107.052.528,21	23,2	5.722.992.348,31	24,1
13 - CULTURA	149.914.094,64	1,0	99.468.472,69	0,8	72.737.495,82	0,6	67.172.404,98	0,6	222.651.590,46	0,8	166.640.877,67	0,7
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	31.924,03	0,0	0,00	0,0	1.397.058,05	0,0	1.591.925,54	0,0	1.428.982,08	0,0	1.591.925,54	0,0
15 - URBANISMO	1.928.265.045,84	13,2	1.599.803.173,03	12,4	1.137.092.551,46	9,7	686.155.589,33	6,4	3.065.357.597,30	11,6	2.285.958.762,36	9,6
16 - HABITACAO	41.148.721,49	0,3	29.239.105,72	0,2	229.211.981,14	2,0	162.049.037,08	1,5	270.360.702,64	1,0	191.288.142,80	0,8
17 - SANEAMENTO	254.954.644,44	1,7	151.190.060,35	1,2	567.666.304,30	4,9	422.522.934,59	3,9	822.620.948,74	3,1	573.712.994,94	2,4
18 - GESTAO AMBIENTAL	53.991.157,74	0,4	53.798.979,31	0,4	59.865.452,35	0,5	35.091.634,29	0,3	113.856.610,09	0,4	88.890.613,60	0,4
19 - CIENCIA E TECNOLOGIA	34.522.892,97	0,2	19.155.807,19	0,1	0,00	0,0	0,00	0,0	34.522.892,97	0,1	19.155.807,19	0,1
22 - INDUSTRIA	3.195.170,43	0,0	1.390.439,05	0,0	12.411.110,42	0,1	5.950.842,84	0,1	15.606.280,85	0,1	7.341.281,89	0,0
23 - COMERCIO E SERVICOS	69.741.840,35	0,5	80.928.537,05	0,6	4.061.712,11	0,0	7.261.050,02	0,1	73.803.552,46	0,3	88.189.587,07	0,4
26 - TRANSPORTE	108.129.694,71	0,7	94.755.780,79	0,7	203.493.349,40	1,7	117.196.199,24	1,1	311.623.044,11	1,2	211.951.980,03	0,9
27 - DESPORTO E LAZER	42.578.308,83	0,3	16.249.438,03	0,1	1.847.859,42	0,0	8.463.693,99	0,1	44.426.168,25	0,2	24.713.132,02	0,1
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	1.781.201.345,94	12,2	1.679.085.602,00	13,0	4.613,30	0,0	0,00	0,0	1.781.205.959,24	6,8	1.679.085.602,00	7,1
TOTAL	14.658.465.392,42	100,0	12.936.007.300,62	100,0	11.667.161.042,51	100,0	10.768.513.369,81	100,0	26.325.626.434,93	100,0	23.704.520.670,43	100,0

Fontes: Elaboração própria, com dados obtidos da Lei Municipal nº 6.122/2017 e Rio Transparente.

4.1.4 Despesas previstas e empenhadas do Município do Rio de Janeiro, por Programa de Trabalho

Dos 102 programas definidos no Plano Plurianual (PPA) 2014 – 2017, 55 foram selecionados como estratégicos pela Prefeitura na atualização do PPA de 2017. A tabela completa, com todos os programas, separados por área de resultado está no Apêndice A. Dos 102 programas, 33 eram totalmente dependentes de recursos não vinculados, o que significa que sua execução era totalmente dependente da decisão da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Analisando o empenho apenas dos recursos não vinculados (Tabela 4), ou seja, de livre utilização pela Prefeitura, 13 programas empenharam R\$ 193 milhões a mais desses recursos, com destaque para o programa complementar “Serviços de Utilidade Pública para a População, Proteção e Defesa do Consumidor”, que realizou empenho 297 vezes superior ao previsto, R\$ 45,3 milhões a mais do que o definido na LOA. Dos 13 programas, sete eram estratégicos e empenharam R\$ 97 milhões a mais do que o esperado. Os outros seis programas complementares empenharam R\$ 96 milhões a mais do que o previsto. Um desses seis programas é da Saúde, “Infraestrutura e Gestão do SUS”, que empenhou R\$ 5 milhões a mais de recursos não vinculados.

Tabela 4 - Programas com empenho de recursos não vinculados superior ao valor originalmente previsto em LOA, no exercício de 2017, no Município do Rio de Janeiro

(R\$ de 2018)

PROGRAMAS	NÃO VINCULADOS					VINCULADOS + OUTRAS FONTES					TOTAL		
	PREVISTO		EMPENHADO			PREVISTO		EMPENHADO			PREVISTO		EMPENHADO
	R\$	%	R\$	%	% PREVISTO	R\$	%	R\$	%	% PREVISTO	R\$	R\$	% PREVISTO
SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA A POPULACAO, PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR	153.161,51	1,5	45.473.195,45	78,4	29.689,7	9.994.606,60	98,5	12.517.120,33	21,6	125,2	10.147.768,11	57.990.315,78	571,5
PREFEITURA PRESENTE *	4.297.198,83	100,0	21.424.200,62	100,0	498,6	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	4.297.198,83	21.424.200,62	498,6
MODERNIZACAO DA REDE DE ILUMINACAO PUBLICA *	2.216.247,90	0,9	10.819.937,15	4,2	488,2	257.676.685,18	99,1	245.153.668,53	95,8	95,1	259.892.933,08	255.973.605,68	98,5
FABRICA DE ESCOLAS *	23.045.913,66	6,9	66.032.039,78	27,8	286,5	308.559.801,12	93,1	171.401.197,02	72,2	55,5	331.605.714,78	237.433.236,80	71,6
INTERVENCOES PREDIAIS	881.139,98	17,5	1.812.983,71	91,5	205,8	4.151.968,51	82,5	168.351,72	8,5	4,1	5.033.108,49	1.981.335,43	39,4
RIO CAPITAL DO TURISMO *	22.310.078,71	91,3	45.827.061,56	93,5	205,4	2.115.984,32	8,7	3.201.799,59	6,5	151,3	24.426.063,03	49.028.861,15	200,7
MODERNIZACAO DA GESTAO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA NA EDUCACAO	66.817.708,62	16,7	107.279.792,89	24,3	160,6	332.139.045,27	83,3	334.852.325,97	75,7	100,8	398.956.753,89	442.132.118,86	110,8
PROTECAO DE ENCOSTAS E AREAS DE RISCO GEOTECNICO	4.623.053,63	3,1	6.731.499,90	23,6	145,6	143.461.928,14	96,9	21.837.321,70	76,4	15,2	148.084.981,77	28.568.821,60	19,3
RIO EM ORDEM *	31.163.764,05	84,3	35.717.049,05	73,6	114,6	5.791.950,86	15,7	12.797.939,62	26,4	221,0	36.955.714,91	48.514.988,67	131,3
INFRAESTRUTURA E GESTAO DO SUS	60.105.137,15	23,3	65.155.705,72	25,4	108,4	197.500.011,46	76,7	191.640.841,16	74,6	97,0	257.605.148,61	256.796.546,88	99,7
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	69.513.193,30	56,2	71.621.398,48	59,6	103,0	54.089.752,25	43,8	48.567.599,26	40,4	89,8	123.602.945,55	120.188.997,74	97,2
QUALIDADE DE AGUAS URBANAS *	6.848.601,94	30,2	6.901.471,79	36,2	100,8	15.794.711,01	69,8	12.171.020,35	63,8	77,1	22.643.312,95	19.072.492,14	84,2
ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL *	64.455.852,09	50,6	64.739.549,42	54,0	100,4	63.017.734,76	49,4	55.176.872,51	46,0	87,6	127.473.586,85	119.916.421,93	94,1
TOTAL	356.431.051,37	20,4	549.535.885,52	33,1	154,2	1.394.294.179,48	79,6	1.109.486.057,76	66,9	79,6	1.750.725.230,85	1.659.021.943,28	94,8

Fontes: Elaboração própria, com dados obtidos da Lei nº 6.122/2017; Rio Transparente. Os programas estratégicos são identificados com (*).

A Tabela 5 mostra os 29 programas, com previsão de empenho de recursos não vinculados, que não foram executados em 2017, totalizando uma frustração de empenhos de R\$ 153 milhões. Como é possível observar na tabela, a maioria desses programas eram dependentes exclusivamente desses recursos para serem executados e quase todos eram programas definidos pela Prefeitura como estratégicos. Três áreas de resultado, “Desenvolvimento Social”, “Outros Programas” e “Saúde” não tiveram nenhum programa com uso previsto desses recursos cancelado.

Tabela 5 - Programas sem empenho de recursos não vinculados, no exercício de 2017 pela Prefeitura do Rio de Janeiro

(R\$ de 2018)

PROGRAMAS	PREVISTO	
	R\$	%
TRANSBRASIL *	142.501.952,42	19,7
PORTO MARAVILHA *	3.416.771,15	100,0
RIO CIDADE INTELIGENTE *	3.004.179,89	10,0
NOTA CARIOCA 2.0 *	2.867.435,26	100,0
BAIRRO MARAVILHA *	600.651,45	0,8
RIO CAPITAL VERDE *	421.686,83	2,6
ESCOLAS DO AMANHÃ *	195.942,47	6,3
RIO ACESSIVEL *	161.244,92	100,0
GENTE DE ALTO VALOR *	151.912,22	100,0
POLO CULTURAL DA ZONA PORTUARIA *	94.112,21	100,0
DESENVOLVIMENTO ECONOMICO ESTRATEGICO	6.458,62	100,0
RIO CAPITAL DA BICICLETA *	5.567,32	75,1
PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO DESENVOLVIMENTO URBANO	5.535,96	75,0
PLANO DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL *	3.817,97	100,0
TRANSCARIOCA *	3.706,32	100,0
UPP SOCIAL *	3.690,64	100,0
RACIONALIZACAO E INTEGRACAO FISICO-TARIFARIA - BILHETE UNICO CARIOCA *	2.783,66	100,0
RIO AMBIENTE DE NEGOCIOS *	2.767,98	100,0
RIO CAPITAL DA ENERGIA *	1.845,32	100,0
IMPLANTACAO E GESTAO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA	922,66	100,0
RIO PATRIMONIO - CENTRO *	922,66	0,8
MODERNIZACAO DO SISTEMA FISCAL E TRIBUTARIO *	922,66	100,0
REVITALIZACAO DA CIDADE NOVA *	922,66	100,0
RIO VERDE - TRANSFORMACAO DA RIO BRANCO *	922,66	100,0
PLANO DE MOBILIDADE SUSTENTAVEL *	922,66	100,0
PROJETO DE TRANSPORTE AQUAVIARIO *	922,66	100,0
RIO BOA PRACA *	922,66	100,0
TRANSOESTE *	922,66	14,3
TRANSOLIMPICA *	922,66	25,0
TOTAL	153.461.289,21	17,9

Fontes: Elaboração própria, com dados obtidos da Lei nº 6.122/2017; Rio Transparente. Os programas estratégicos são identificados com (*).

Finalmente, encerrando a análise da execução orçamentária de 2017, os programas com percentuais de empenho de recursos ordinários muito superiores ao originalmente previsto na LOA foram examinados mais detalhadamente. Como visto anteriormente, a Tabela 6 mostra que o Programa "Serviços de Utilidade Pública a População, Proteção e Defesa do Consumidor" realizou despesas em montante 297 vezes superior ao definido na

LOA, um aumento de R\$ 53,5 milhões, sendo R\$ 45,3 milhões provenientes de recursos não vinculados. Nesse programa houve um elevado aporte financeiro para ações ligadas à Publicidade, Propaganda e Comunicação Social da Prefeitura. Por outro lado, ações relacionadas à modernização do parque gráfico deixaram de ser executadas. As outras duas ações pertencentes ao programa com empenho superior ao planejado foram "Atividades do Procon Carioca" (R\$ 553 mil a mais) e "Serviços Gráficos em Geral" (R\$ 161 mil empenhados a mais que o previsto)

Tabela 6 - Ações do Programa “Serviços de Utilidade Pública à População, Proteção e Defesa do Consumidor” executados no exercício 2017 pela Prefeitura do Rio de Janeiro, por categoria de recursos

(R\$ de 2018)

AÇÕES	NÃO VINCULADOS			VINCULADOS + OUTRAS FONTES			TOTAL			
	PREVISTO	EMPENHADO		PREVISTO	EMPENHADO		PREVISTO		EMPENHADO	
	R\$	R\$	% PREVISTO	R\$	R\$	% PREVISTO	R\$	%	R\$	%
ASSISTENCIA E EDUCACAO PARA O CONSUMO	922,66	0,00	0,0	291.705,31	126.244,65	43,3	292.627,97	2,88	126.244,65	0,2
ATIVIDADES DO PROCON CARIOCA	0,00	0,00	0,0	747.757,53	1.300.789,75	174,0	747.757,53	7,37	1.300.789,75	2,2
FISCALIZACAO DAS RELACOES DE CONSUMO	0,00	0,00	0,0	104.603,77	37.981,29	36,3	104.603,77	1,03	37.981,29	0,1
IMPRESSAO DO DIARIO OFICIAL	0,00	0,00	0,0	7.699.728,73	1.760.158,31	22,9	7.699.728,73	75,88	1.760.158,31	3,0
MODERNIZACAO DO PARQUE GRAFICO	0,00	0,00	0,0	156.664,84	0,00	0,0	156.664,84	1,54	0,00	0,0
PUBLICIDADE, PROPAGANDA E COMUNICACAO SOCIAL	152.238,85	45.473.195,45	29.869,6	0,00	8.137.077,80	-	152.238,85	1,50	53.610.273,25	92,4
SERVICOS GRAFICOS EM GERAL	0,00	0,00	0,0	994.146,42	1.154.868,53	116,2	994.146,42	9,80	1.154.868,53	2,0
SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA A POPULACAO, PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR	153.161,51	45.473.195,45	29.689,7	9.994.606,60	12.517.120,33	125,2	10.147.768,11	100,00	57.990.315,78	100,0

Fontes: Elaboração própria, com dados obtidos da Lei 6.122/2017; Rio Transparente.

4.2 ORÇAMENTO EM 2018

Em situação diferente de 2017, a elaboração da LDO e LOA 2018 foi realizada pela atual gestão, que também aprovou durante o exercício de 2017, o PPA 2018 – 2021, momento em que redefiniu suas áreas de resultado e programas estratégicos.

4.2.1 Receitas previstas e realizadas do Município do Rio de Janeiro

Na Tabela 7 são mostrados os resultados de arrecadação de receitas da Prefeitura para 2018, pelas fontes de recursos. Em 2018 foi realizada 91,4% da receita prevista, percentual superior ao de 2017, que foi de 85,2%. O montante de receitas frustradas, R\$ 2,6 bilhões, foi inferior ao de 2017. A melhora na arrecadação ocorreu em todas as categorias de fontes de recursos, particularmente na de recursos vinculados à saúde, cuja arrecadação superou a previsão em R\$ 154,7 milhões. Foram arrecadados 87,5% dos recursos não vinculados, que corresponderam a 54,4% das receitas realizadas, mantendo a composição das fontes de receita semelhante à de 2017.

Tabela 7 - Receitas previstas e realizadas do Município do Rio de Janeiro, em 2018, por fonte de recursos.

FONTE DE RECURSOS	2018					
	VALOR PREVISTO		VALOR ARRECADADO			
	R\$	% TOTAL	R\$	% TOTAL	% ARRECADADO	
ORDINÁRIOS NÃO VINCULADOS	17.186.470.323,00	56,8	15.044.949.851,26	54,4	87,5	
VINCULADOS	11.654.639.589,00	38,5	11.033.828.990,21	39,9	94,7	
VINCULADOS À SAÚDE	1.432.522.125,00	4,7	1.587.236.229,88	5,7	110,8	
TOTAL	30.273.632.037,00	100,0	27.666.015.071,35	100,0	91,4	

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos da Lei nº 6.318/2018 e Rio Transparente.

4.2.2 Despesas previstas e empenhadas do Município do Rio de Janeiro

Em 2018 eram esperados cerca de R\$ 3 bilhões a mais em empenhos em relação a 2017, mas foram empenhados R\$ 3,4 bilhões a mais. O orçamento atualizado da Prefeitura foi 0,1% superior ao valor originalmente definido na LOA, com R\$ 39 milhões em créditos adicionais. Apesar desse aumento, o valor empenhado pela Prefeitura foi inferior ao orçamento inicial, um percentual de empenho de 92,4% do orçamento inicial, resultado superior ao de 2017, quando foram empenhados 90% do previsto. O percentual desses empenhos pagos, no entanto, foi de 89,6%, resultado inferior ao de 2017, que foi de 90,5%.

Foi observado o aumento dos valores pagos referentes a despesas de exercícios anteriores, correspondendo a 9,1% do total dos pagamentos realizados em 2018. Também cresceu o valor registrado ao final do exercício em restos a pagar, que foi de R\$ 2,8 bilhões, a serem pagos futuramente (Tabela 8).

Tabela 8 - Despesas do Município do Rio de Janeiro em 2018.

Despesas		2018
Orcamento Inicial	R\$ (a)	29.299.450.381,00
Orcamento Atualizado	R\$ (b)	29.338.330.179,53
	% (b-a)*100/a	0,1
Empenhado	R\$ (c)	27.065.151.688,61
	% (c*100/a)	92,4
Liquidado	R\$ (d)	26.271.911.405,32
	% (d*100/c)	97,1
Pago	R\$ (e)	24.243.127.267,19
	% (e*100/c)	89,6
Restos a Pagar Pagos	R\$ (f)	2.427.554.017,46
	% f*100/(f+e)	9,2

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos da Lei nº 6.318/2018; Rio Transparente.

4.2.3 Despesas previstas e empenhadas do Município do Rio de Janeiro, por função

Na Tabela 9 são mostrados empenhos previstos e realizados pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 2018. Em 2018 foram empenhados 92,4% do total previsto, percentual superior ao de 2017, quando o percentual de empenhos foi de 90%. O percentual de empenhos com recursos não vinculados também aumentou de 2017 para 2018, de 88,2% para 89,3%.

Cinco funções tiveram empenhos em montante superior ao previsto na LOA: Encargos Especiais¹ (R\$ 219 milhões a mais), Saneamento (R\$ 73,2 milhões a mais), Judiciária (R\$ 72,7 milhões), Comércio e Serviços (R\$ 7,8 milhões) e Desporto e Lazer (R\$ 6,6 milhões). Dessas cinco funções, Saneamento, Comércio e Serviços e Desporto e Lazer foram beneficiadas por um empenho superior ao previsto dos recursos não vinculados. Dentre as funções com empenho inferior ao previsto, a função Saúde é a com maior frustração de empenhos, R\$ 841 milhões a menos que o previsto. A participação da função Saúde nas despesas empenhadas (19,1%) não somente foi inferior à prevista no ano (20,5%) como

¹ Encargos Especiais é uma categoria da classificação funcional das despesas que englobam o pagamento de juros e amortização da dívida pública, o refinanciamento da dívida pública, ressarcimentos e pagamento de indenizações (BRASIL, 1999).

representou uma redução em relação a 2017, quando correspondeu a 19,5% do total empenhado.

Comparando os valores empenhados em 2017 e em 2018, seis funções tiveram redução dos valores empenhados: Administração (R\$ 212 milhões a menos), Urbanismo (redução de R\$ 21,6 milhões), Habitação (R\$ 8,6 milhões), Ciência e Tecnologia (R\$ 7,8 milhões a menos), Cultura (redução de R\$ 2,5 milhões) e Indústria (R\$ 507 mil a menos). Por outro lado, a função com maior aumento de empenhos de 2017 para 2018 foi a de Encargos Especiais (R\$ 1,1 bilhões a mais, sendo R\$ 848 milhões de recursos não vinculados). A função Saúde teve um aumento no total empenhado de R\$ 539 milhões, dos quais R\$ 171 milhões foram de recursos não vinculados.

Tabela 9 - Empenhos previstos e realizados pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 2018, por função e categoria de recurso

FUNÇÃO	NÃO VINCULADOS				VINCULADOS + OUTRAS FONTES				TOTAL			
	PREVISTO		EMPENHADO		PREVISTO		EMPENHADO		PREVISTO		EMPENHADO	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
02 - JUDICIARIA	90.788.845,00	0,6	80.620.713,43	0,6	67.489.187,00	0,5	150.352.294,87	1,2	158.278.032,00	0,5	230.973.008,30	0,9
04 - ADMINISTRACAO	2.217.347.594,00	13,7	1.969.602.244,71	13,6	465.593.392,00	3,6	346.593.529,25	2,8	2.682.940.986,00	9,2	2.316.195.773,96	8,6
06 - SEGURANCA PUBLICA	546.454.384,00	3,4	510.566.174,78	3,5	34.147.364,00	0,3	20.553.773,93	0,2	580.601.748,00	2,0	531.119.948,71	2,0
08 - ASSISTENCIA SOCIAL	434.415.628,00	2,7	325.460.673,06	2,2	303.927.274,00	2,3	284.863.677,26	2,3	738.342.902,00	2,5	610.324.350,32	2,3
09 - PREVIDENCIA SOCIAL	167.155.300,00	1,0	138.783.952,47	1,0	5.034.505.556,00	38,5	4.905.976.452,77	39,0	5.201.660.856,00	17,8	5.044.760.405,24	18,6
10 - SAUDE	4.124.866.798,00	25,4	3.388.399.281,52	23,4	1.886.530.505,00	14,4	1.781.755.511,51	14,2	6.011.397.303,00	20,5	5.170.154.793,03	19,1
11 - TRABALHO	25.258.206,00	0,2	21.398.635,93	0,1	6.565.098,00	0,1	1.027.487,27	0,0	31.823.304,00	0,1	22.426.123,20	0,1
12 - EDUCACAO	3.716.036.277,00	22,9	3.276.516.278,56	22,6	3.016.242.062,00	23,1	3.118.241.278,36	24,8	6.732.278.339,00	23,0	6.394.757.556,92	23,6
13 - CULTURA	99.255.863,00	0,6	91.995.101,34	0,6	75.800.865,00	0,6	72.130.520,18	0,6	175.056.728,00	0,6	164.125.621,52	0,6
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	9.505.362,00	0,1	6.571.014,01	0,0	4.687.832,00	0,0	5.801.217,28	0,0	14.193.194,00	0,0	12.372.231,29	0,0
15 - URBANISMO	1.809.857.807,00	11,2	1.764.966.462,58	12,2	967.600.633,00	7,4	499.389.026,09	4,0	2.777.458.440,00	9,5	2.264.355.488,67	8,4
16 - HABITACAO	32.544.336,00	0,2	27.181.196,52	0,2	239.313.338,00	1,8	155.550.573,51	1,2	271.857.674,00	0,9	182.731.770,03	0,7
17 - SANEAMENTO	60.934.926,00	0,4	68.077.771,33	0,5	610.152.599,00	4,7	676.241.456,47	5,4	671.087.525,00	2,3	744.319.227,80	2,8
18 - GESTAO AMBIENTAL	70.678.486,00	0,4	59.670.875,95	0,4	47.181.141,00	0,4	38.788.920,12	0,3	117.859.627,00	0,4	98.459.796,07	0,4
19 - CIENCIA E TECNOLOGIA	22.151.747,00	0,1	11.370.418,32	0,1	9.000.000,00	0,1	0,00	0,0	31.151.747,00	0,1	11.370.418,32	0,0
22 - INDUSTRIA	2.796.000,00	0,0	1.900.588,45	0,0	9.576.996,00	0,1	4.933.564,17	0,0	12.372.996,00	0,0	6.834.152,62	0,0
23 - COMERCIO E SERVICOS	52.236.653,00	0,3	76.373.373,65	0,5	29.373.019,00	0,2	12.994.254,38	0,1	81.609.672,00	0,3	89.367.628,03	0,3
26 - TRANSPORTE	107.539.533,00	0,7	104.522.751,00	0,7	269.445.375,00	2,1	207.841.436,21	1,7	376.984.908,00	1,3	312.364.187,21	1,2
27 - DESPORTO E LAZER	24.148.392,00	0,1	28.428.805,75	0,2	0,00	0,0	2.348.413,32	0,0	24.148.392,00	0,1	30.777.219,07	0,1
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	2.608.341.008,00	16,1	2.527.361.988,30	17,5	5.000,00	0,0	300.000.000,00	2,4	2.608.346.008,00	8,9	2.827.361.988,30	10,4
TOTAL	16.222.313.145,00	100,00	14.479.768.301,66	100,00	13.077.137.236,00	100,00	12.585.383.386,95	100,00	29.299.450.381,00	100,00	27.065.151.688,61	100,00

Fontes: Elaboração própria, com dados obtidos da Lei Municipal nº 6.318/2018 e Rio Transparente.

4.2.4 Despesas previstas e empenhadas do Município do Rio de Janeiro, por Programa de Trabalho

Dos 113 programas definidos no PPA 2018- 2021, 24 (21,2%) tiveram empenhos superior ao previsto na LOA em 2018, somando R\$ 843 milhões a mais de empenhos. No Apêndice 2 encontra-se a tabela completa de todos os programas, separados por área de resultado.

Em dezoito programas, referentes à seis áreas de resultado, foi empenhado valor de recursos não vinculados superior ao previsto na LOA. Esses programas são mostrados na Tabela 10. Metade desses programas eram estratégicos. As maiores discrepâncias verificadas foram nos programas "Orçamento Eficiente" (programa estratégico da área de Resultado "Governança para os Cidadãos"), com empenho de recursos não vinculados 250 vezes superior ao previsto, e "Informações Estatísticas, Cartográficas e Dados Gerais sobre a Cidade" (programa complementar da área "Território Descentralizado, Inclusivo e Conectado"), que empenhou 109 vezes mais do que o indicado. Programa complementar com o maior aumento de empenhos de recursos não vinculados em 2017, "Serviços de Utilidade Pública à População, Proteção e Defesa do Consumidor" empenhou 3,5 vezes mais de tais recursos em 2018. Na saúde, dois programas complementares foram beneficiados: "Ações e Programas de Saúde e Linhas de Cuidado" (empenho 1,2 vezes superior ao previsto) e "Atenção Psicossocial" (empenho 1,2 vezes superior). Nove dos dezoito programas também foram beneficiados por empenhos de recursos vinculados em valores superiores ao previsto.

Tabela 10 - Programas com empenho de recursos não vinculados superior ao valor originalmente previsto em LOA, no exercício de 2018, no Município do Rio de Janeiro

PROGRAMAS	NÃO VINCULADOS			VINCULADOS + OUTRAS FONTES			TOTAL		
	PREVISTO	EMPENHADO		PREVISTO	EMPENHADO		PREVISTO	EMPENHADO	
	R\$	R\$	% PREVISTO	R\$	R\$	% PREVISTO	R\$	R\$	% PREVISTO
ACOES E PROGRAMAS DE SAUDE E LINHAS DE CUIDADO	5.803.037,00	7.171.208,16	123,6	11.904.820,00	9.765.224,63	82,0	17.707.857,00	16.936.432,79	95,6
ATENCAO PSICOSSOCIAL	62.940.349,00	75.113.521,21	119,3	93.757.331,00	86.264.661,81	92,0	156.697.680,00	161.378.183,02	103,0
GESTAO ADMINISTRATIVA - RIO GLOBAL, PRODUTIVO, INOVADOR E DE OPORTUNIDADES	35.948.849,00	38.469.321,73	107,0	748.000,00	3.730.774,07	498,8	36.696.849,00	42.200.095,80	115,0
GESTAO SUSTENTAVEL DOS RESIDUOS SOLIDOS * ILUMINA RIO *	30.139.786,00 177.000,00	44.733.804,39 4.902.833,64	148,4 2.770,0	370.503.226,00 285.436.713,00	490.212.443,22 310.605.299,14	132,3 108,8	400.643.012,00 285.613.713,00	534.946.247,61 315.508.132,78	133,5 110,5
INFORMACOES ESTATISTICAS, CARTOGRAFICAS E DADOS GERAIS SOBRE A CIDADE	14.000,00	1.530.000,00	10.928,6	1.598.093,00	5.063.561,63	316,9	1.612.093,00	6.593.561,63	409,0
MAIS MORADIAS *	10.123.236,00	10.379.921,92	102,5	12.430.346,00	20.023.127,13	161,1	22.553.582,00	30.403.049,05	134,8
MELHORIA DA MOBILIDADE URBANA *	67.000,00	164.350,00	245,3	0,00	0,00	0,0	67.000,00	164.350,00	245,3
MODELO DE RESPEITO AOS ANIMAIS URBANOS	5.582.276,00	6.240.778,11	111,8	0,00	0,00	0,0	5.582.276,00	6.240.778,11	111,8
MODERNIZACAO DA GESTAO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA NA EDUCACAO	51.435.013,00	77.773.035,16	151,2	544.665.926,00	599.133.865,73	110,0	596.100.939,00	676.906.900,89	113,6
MODERNIZACAO DA GESTAO FAZENDARIA	2.000,00	193.326,80	9.666,3	29.610.374,00	7.956.854,25	26,9	29.612.374,00	8.150.181,05	27,5
OPERACAO URBANA CONSORCIADA DA REGIAO PORTUARIA DO RIO DE JANEIRO	1.964.760,00	35.456.990,75	1.804,6	0,00	47.695.329,37	-	1.964.760,00	83.152.320,12	4.232,2
ORCAMENTO EFICIENTE *	1.000,00	250.000,00	25.000,0	7.810.276,00	1.200.000,00	15,4	7.811.276,00	1.450.000,00	18,6
PREFEITURA & VOCE *	16.455.647,00	18.243.743,23	110,9	0,00	0,00	0,0	16.455.647,00	18.243.743,23	110,9
RIO DE JANEIRO A JANEIRO *	11.162.449,00	38.369.391,66	343,7	2.386.526,00	7.804.077,42	327,0	13.548.975,00	46.173.469,08	340,8
SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA A POPULACAO, PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR	8.561.331,00	29.514.345,61	344,7	8.226.159,00	14.827.741,50	180,3	16.787.490,00	44.342.087,11	264,1
TERRITORIOS INTEGRADOS *	29.456.216,00	35.471.116,00	120,4	229.206.992,00	138.010.224,64	60,2	258.663.208,00	173.481.340,64	67,1
VALORIZACAO DA REDE DE CULTURA *	43.286.909,00	49.276.346,99	113,8	8.619.347,00	10.548.284,02	122,4	51.906.256,00	59.824.631,01	115,3
TOTAL	313.120.858,00	473.254.035,36	151,1	1.606.904.129,00	1.752.841.468,56	109,1	1.920.024.987,00	2.226.095.503,92	115,9

Fontes: Elaboração própria, com dados obtidos da Lei Municipal nº 6.318/2018 e Rio Transparente. Os programas estratégicos são identificados com (*).

Na Tabela 11 são mostrados os trinta e seis programas (32%), que representavam R\$ 4,4 milhões, ou 2,6% do total das despesas a serem pagas com recursos não vinculados, que tiveram seus empenhos frustrados. Trinta eram programas estratégicos para a Prefeitura e 26 não tiveram empenhos com utilização de outros recursos, ou seja, não foram executados. A área de resultado "Território Descentralizado, Inclusivo e Conectado" foi o de maior número de programas sem empenhos de não vinculados: onze programas, dos quais oito não tiveram nenhum empenho. O programa de maior valor previsto que não teve nenhum empenho foi "Rio + Verde", para o qual eram destinados R\$ 2,2 milhões. Na área de resultado "Saúde Preventiva e Emergência Social", três programas ("Pelos Direitos Humanos", "Primeira Infância Carioca" e "Rio Inclusivo") não receberam empenhos de recursos não vinculados.

Tabela 11 - Programas sem empenho de recursos não vinculados, no exercício de 2018 pela Prefeitura do Rio de Janeiro

PROGRAMAS	PREVISTO	
	R\$	%
AGUAS DO RIO *	4.000,00	0,1
ALFABETIZACAO *	1.000,00	100,0
CARIOQUINHAS NAS CRECHES E PRE-ESCOLAS *	5.000,00	100,0
CENTRALIDADES CARIOCAS *	1.000,00	100,0
CIDADE DIGITAL *	3.000,00	0,0
CIDADE PELO CLIMA *	3.000,00	100,0
CONSERVACAO INTELIGENTE *	1.000,00	100,0
CULTURA CIDADADA *	1.000,00	100,0
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO	2.000,00	100,0
EXPANSAO DO SISTEMA DE TRANSPORTES *	4.000,00	0,0
GENTE DE EFETIVIDADE *	1.000,00	50,0
INCENTIVO A MOBILIDADE POR BICICLETA *	2.000,00	40,0
LEGISLACAO URBANA *	1.000,00	100,0
LICENCA FACIL *	4.000,00	66,7
MAIS ACESSIBILIDADE *	1.000,00	50,0
MOBILIDADE, LOGISTICA E OPERACAO PARA O TRANSITO	2.000,00	0,0
MODERNIZACAO DA GESTAO E DE PROCESSOS	7.000,00	12,7
MONITORA RIO *	3.000,00	0,0
MUSEU DA ESCRAVIDAO E DA LIBERDADE *	102.000,00	100,0
PARQUES CARIOCAS *	1.000,00	50,0
PELOS DIREITOS HUMANOS *	9.912,00	100,0
PLANEJA RIO *	2.000,00	100,0
PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO DESENVOLVIMENTO URBANO	1.004.000,00	99,9
PLANO DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL	2.000,00	100,0
PRACAS CARIOCAS *	2.000,00	100,0
PREFEITURA MAIS PROXIMA *	1.000,00	100,0
PRIMEIRA INFANCIA CARIOCA *	1.000,00	0,0
PROCESSOS DIGITAIS *	1.000,00	50,0
PROJETOS ESPECIAIS, PESQUISA E AVALIACAO DE POLITICAS PUBLICAS	2.000,00	100,0
RIO + VERDE *	2.249.000,00	16,0
RIO CONECTA *	2.000,00	100,0
RIO ESCOLA INTEGRAL *	4.000,00	80,0
RIO INCLUSIVO *	402.000,00	100,0
RIO RESPONSAVEL E TRANSPARENTE *	3.000,00	100,0
RIO VOCACAO GLOBAL *	1.000,00	50,0
TRANSITO SEGURO *	543.000,00	0,4
TOTAL	4.377.912,00	0,9

Fontes: Elaboração própria, com dados obtidos da Lei Municipal nº 6.318/2018 e Rio Transparente. Os programas estratégicos são identificados com (*).

Assim como realizado na análise da execução orçamentária de 2017, foram estudados a nível de ações os programas que em 2018 tiveram empenhos de recursos não vinculados em montante superior a duas vezes o valor previsto em LOA.

Em 2018 o programa “Orçamento Eficiente” empenhou recursos não vinculados em quantia 250 vezes superior ao inicialmente previsto. Por outro lado, empenhou 15,4% dos recursos vinculados, o que correspondeu a um empenho total de 18,6% do total previsto na LOA. Esse programa possuía apenas uma ação vinculada, “Eficiência Fiscal e Orçamentária”, com o objetivo de aumentar a receita e otimizar as despesas.

Em seguida, o programa complementar “Informação Estatísticas, Cartográficas e Dados Gerais da Cidade” obteve recursos não vinculados em quantia 109 vezes superior ao previsto em LOA (Tabela 12). No entanto, ao contrário do programa “Orçamento Eficiente”, não houve frustração de empenhos de recursos vinculados, que correspondiam a cerca de 99% do valor total destinado e foram empenhados em quantia 3 vezes superior, gerando um empenho total de montante 4 vezes maior do que o definido na LOA. O programa se dividia em cinco ações, das quais três eram totalmente dependentes de recursos não vinculados para sua execução. No entanto, apenas uma ação foi executada com recursos não vinculados e em montante 306 vezes superior ao previsto: “Sistema Municipal de Informações Urbanas - SIURB”, cujo objetivo era a criação e manutenção de um aplicativo e de uma plataforma para gerenciamento de informações da cidade para subsidiar as políticas públicas adotadas. As ações “Projeto Rio de Excelência - IPP” e “Divulgação, Informação e Disponibilização do Acervo do IPP ao Cidadão” receberam verbas adicionais de recursos vinculados, permitindo sua execução. Com as mudanças ocorridas durante a execução orçamentária, a distribuição dos valores destinados às ações também foi alterada, com a ação de “Mapeamento Digital”, que deveria receber mais da metade dos recursos, recebendo 5,1% do total destinado, enquanto a ação de criação do SIURB, para o qual estavam destinados 0,3% do total dos recursos, recebeu 23,2%.

Programa com maior percentual de empenho de recursos não vinculados em 2017, “Serviços de Utilidade Pública à População, Proteção e Defesa do Consumidor” empenhou em 2018 R\$ 29,5 milhões desses recursos em 2018, valor inferior ao empenhado em 2017 (Tabela 13). É possível separar o programa em ações relacionadas à três grupos: ações ligadas ao consumo, cujo total empenhado foi 49,5% do valor previsto; ações ligadas à serviços gráficos, com percentual de empenho de 18,5%; e a ação de “Publicidade, Propaganda e Comunicação Social”, que empenhou montante 4,9 vezes superior ao total previsto. Enquanto essa única ação recebeu empenhos de recursos não vinculados em valor 3,4 vezes maior do que o definido na LOA, as demais ações do programa não alcançaram a totalidade dos empenhos previstos e a ação “Construção, Reforma e Restauração da Sede do PROCON Carioca” não foi executada.

Tabela 12 - Ações do Programa “Informações Estatísticas, Cartográficas e Dados Gerais sobre a Cidade” executados no exercício 2018 pela Prefeitura do Rio de Janeiro, por categoria de recursos

AÇÕES	NÃO VINCULADOS					VINCULADOS + OUTRAS FONTES					TOTAL		
	PREVISTO		EMPENHADO			PREVISTO		EMPENHADO			PREVISTO	EMPENHADO	
	R\$	%	R\$	%	% PREVISTO	R\$	%	R\$	%	% PREVISTO	R\$	R\$	% PREVISTO
DIVULGAÇÃO, INFORMAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DO ACERVO DO IPP AO CIDADÃO	4.000,00	100,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	5.361,15	100,0	-	4.000,00	5.361,15	134,0
INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS, GERENCIAIS E CARTOGRAFICAS	1.000,00	100,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	1.000,00	0,00	0,0
MAPEAMENTO DIGITAL	3.000,00	0,4	0,00	0,0	0,0	832.276,00	99,6	334.600,00	100,0	40,2	835.276,00	334.600,00	40,1
PROJETO RIO DE EXCELENCIA - IPP	1.000,00	0,1	0,00	0,0	0,0	765.817,00	99,9	4.723.600,48	100,0	616,8	766.817,00	4.723.600,48	616,0
SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES URBANAS - SIURB	5.000,00	100,0	1.530.000,00	100,0	30.600,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	5.000,00	1.530.000,00	30.600,0
INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS, CARTOGRAFICAS E DADOS GERAIS SOBRE A CIDADE	14.000,00	0,9	1.530.000,00	23,2	10.928,6	1.598.093,00	99,1	5.063.561,63	76,8	316,9	1.612.093,00	6.593.561,63	409,0

Fontes: Elaboração própria, com dados obtidos da Lei Municipal nº 6.318/2018 e Rio Transparente.

Tabela 13 - Ações do Programa “Serviços de Utilidade Pública à População, Proteção e Defesa do Consumidor” executados no exercício 2018 pela Prefeitura do Rio de Janeiro, por categoria de recursos

AÇÕES	NÃO VINCULADOS					VINCULADOS + OUTRAS FONTES					TOTAL		
	PREVISTO		EMPENHADO			PREVISTO		EMPENHADO			PREVISTO	EMPENHADO	
	R\$	%	R\$	%	% PREVISTO	R\$	%	R\$	%	% PREVISTO	R\$	R\$	% PREVISTO
ASSISTENCIA E EDUCACAO PARA O CONSUMO	1.000,00	0,3	0,00	0,0	0,0	362.000,00	99,7	151.574,84	100,0	41,9	363.000,00	151.574,84	41,8
ATIVIDADES DO PROCON CARIOCA	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	2.161.973,00	100,0	1.092.174,00	100,0	50,5	2.161.973,00	1.092.174,00	50,5
CONSTRUCAO, REFORMA E RESTAURACAO DE SEDE DO PROCON CARIOCA	1.000,00	100,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	1.000,00	0,00	0,0
FISCALIZACAO DAS RELACOES DE CONSUMO	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	75.000,00	100,0	43.232,64	100,0	57,6	75.000,00	43.232,64	57,6
IMPRESSAO DO DIARIO OFICIAL	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	3.184.748,00	100,0	0,00	0,0	0,0	3.184.748,00	0,00	0,0
MODERNIZACAO DO PARQUE GRAFICO	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	339.480,00	100,0	203.348,52	100,0	59,9	339.480,00	203.348,52	59,9
PUBLICIDADE, PROPAGANDA E COMUNICACAO SOCIAL	8.559.331,00	100,0	29.514.345,61	70,2	344,8	0,00	0,0	12.500.000,00	29,8	-	8.559.331,00	42.014.345,61	490,9
SERVICOS GRAFICOS EM GERAL	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	2.102.958,00	100,0	837.411,50	100,0	39,8	2.102.958,00	837.411,50	39,8
SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA A POPULACAO, PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR	8.561.331,00	51,0	29.514.345,61	66,6	344,7	8.226.159,00	49,0	14.827.741,50	33,4	180,3	16.787.490,00	44.342.087,11	264,1

Fontes: Elaboração própria, com dados obtidos da Lei Municipal nº 6.318/2018 e Rio Transparente.

5 DISCUSSÃO

O orçamento do Município do Rio de Janeiro nos anos de 2017 e 2018 se deu em meio a uma crise financeira, causada pela queda na sua arrecadação. O presente trabalho buscou compreender como a adoção de uma política de austeridade pela Prefeitura durante esse período afetou o orçamento da Saúde conforme previsto na LOA.

De 2017 para 2018 ocorreu um aumento real das receitas de R\$ 4,5 bilhões. Além disso, foi observado que o percentual de receita realizada também cresceu, de 85,2% para 91,4%. Logo que assumiu o mandato, a atual gestão da Prefeitura iniciou um processo de reajuste do IPTU, uma, se não a maior, fonte de arrecadação do Município, cujo resultado positivo foi observado nas receitas de 2018.

Já em relação às despesas, entre 2017 e 2018, ocorreu um aumento real de R\$ 3,4 bilhões, com melhora no percentual de despesa empenhada (de 90% para 92,4%). No entanto, esse aumento foi menor do que o observado nas receitas realizadas, portanto, comparando com o ano anterior, em 2018, foi identificada uma desaceleração do crescimento das despesas. Essa desaceleração, se não levou a uma queda real nas despesas, garantiu que em 2018 as receitas superassem as despesas do Executivo em cerca de R\$ 600 milhões.

Dessa forma, identificou-se que a Prefeitura do Rio de Janeiro adotou uma política de austeridade com aumento de tributos e desaceleração do crescimento dos gastos. No entanto, a prática de redução de gastos durante a execução da política de austeridade não ocorreu de forma global. Ela foi aplicada em setores específicos, como identificado.

Em algumas áreas a redução dos gastos ocorreu de forma direta, como ocorreu com as funções Administração, Urbanismo, Cultura, Habitação, Ciência e Tecnologia e Indústria, nas quais os gastos em 2018 foram inferiores aos valores despendidos em 2017. Nessas áreas, apesar do aumento global das despesas, sua participação das mesmas foi reduzida.

Já em outras áreas, o que se verificou foi a perda de participação nas despesas de um ano para o outro. Isso aconteceu com os gastos em Saúde onde, apesar do aumento do volume de despesas empenhadas, esse aumento não foi proporcional ao aumento dos gastos totais. As áreas que sofreram essa forma de redução de despesas foram a Saúde, a Assistência Social, a Educação e Comércio e Serviços. De acordo com Pierson (1994) o corte de recursos de áreas de grande visibilidade e importância para a população como a Saúde e Educação muitas vezes geram danos ao capital político superiores aos ganhos financeiros. Como afirmam Gray e Barford (2018), finanças públicas são dados contábeis escondendo o jogo político. Assim,

pode-se compreender a opção da Prefeitura do Rio de Janeiro por realizar cortes nessas áreas que escapam de uma avaliação mais superficial.

Ao desenvolverem seus Planos Plurianuais, as gestões municipais devem indicar quais, dentre os programas de governo, são estratégicos e quais são programas complementares. Havendo necessidade de redução de despesas, seria esperado que os programas complementares fossem alvos dos maiores cortes. No entanto, analisando com maior detalhamento o orçamento dos dois anos verificou-se que, dentre os programas que tiveram a utilização de recursos não vinculados cancelados, quase todos eram programas estratégicos. Além disso, em ambos os anos cerca de metade dos programas estratégicos não puderam utilizar os recursos não vinculados originalmente previstos. Ao mesmo tempo, diversos programas complementares foram beneficiados pelo aporte de quantias até mesmo 297 vezes superiores ao aprovado em LOA, como foi o caso dos gastos do governo com publicidade. Os elevados gastos do governo com publicidade, incluindo a transferência de R\$ 22 milhões de ações de conservação para o setor, foram divulgados pela mídia (GLOBONEWS, 2017; SEARA, 2018).

Enquanto os recursos são ditos escassos e ao mesmo tempo são transferidos de áreas prioritárias, na Saúde os impactos sentidos pela população já se estendem para além da redução do orçamento, com queda na oferta de serviços de saúde. Conforme analisado em trabalhos anteriores, que utilizaram metodologia semelhante. No final de 2018 foi anunciada pela Prefeitura a redução do número de equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF). O corte no número de equipes foi defendido pela administração como necessária para aumentar a eficiência do serviço sem redução do acesso e qualidade (PRJ/SMS, 2018b), posição contestada por especialistas em Atenção Básica (GTAPS, 2018). Considerando o impacto positivo da Atenção Básica na redução do número de hospitalizações (PINTO, GIOVANELLA, 2018; SANTOS *et al.*, 2018), tal decisão tenderá a não somente afetar o acesso da população ao atendimento primário mas ocasionará futuramente em uma maior demanda dos serviços de saúde secundários e terciários. Além disso, estudos demonstram que a qualidade do serviço e a saúde dos trabalhadores da saúde serão colocados em risco. Estudo publicado em 2017, na Revista Brasileira de Educação Médica, intitulado “Percepção sobre o Internato de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro pelos Preceptores do Serviço na Atenção Básica: um Estudo de Caso”, identificou que os preceptores (profissionais da ESF que atuam como orientadores da prática em campo dos graduandos e residentes da área de saúde) entrevistados enfrentavam dificuldades para conciliar o exercício da atividade de preceptoria, fundamental para a capacitação dos futuros profissionais, com a demanda do

serviço (OLIVEIRA *et al.*, 2017). Outro estudo, publicado em 2014, avaliou a influência da sobrecarga de trabalho dos profissionais da enfermagem na qualidade da assistência pré-natal, realizada na Atenção Primária do Município de Guarapuava, Paraná, concluindo que a sobrecarga dos profissionais influenciou negativamente na qualidade da atenção oferecida às gestantes, com uma carga de trabalho superior ao tempo existente para sua realização (WISNIEWSKI *et al.*, 2014). A sobrecarga de trabalho foi apontada por Pires e colaboradores (2016) como fator que prejudicou a efetividade da ESF na garantia do acesso à atenção primária. Dessa forma, os estudos realizados indicam que a carga excessiva de trabalho, aliada à ausência de estrutura adequada e atrasos nos pagamentos dos salários são fatores que contribuem negativamente com a queda da qualidade e da produtividade das equipes. Portanto, ao optar por reduzir o número de equipes, aumentando a carga das restantes, sem fornecer às mesmas, condições adequadas para sua atuação, o Município atua em direção contrária ao indicado pelas evidências, o que provocará uma piora no acesso e na qualidade da atenção.

Por fim, a opção do governo por realizar uma política de austeridade fiscal com grande impacto sobre a saúde deverá ser mantida ao longo da atual gestão, como indica a Proposta de Lei Orçamentária Anual de 2019 (PLOA), que propõe uma redução de R\$ 725 milhões no valor repassado para a Saúde. Muitas vezes os cortes nas áreas da seguridade social são defendidos como necessários e sem alternativas. Conforme mostrou o estudo de Reeves e colaboradores (2013), de 25 países europeus estudados entre 2009 e 2011, 17 optaram por manter o crescimento dos gastos com seguridade social, saúde incluída, mesmo durante períodos de crise. Outros países, como Finlândia e Estônia, em face à necessidade de redução de despesas, optaram por manter os gastos com saúde fora dos cortes, sem evidências de que tal medida tenha prejudicado sua recuperação econômica. Dessa forma, verifica-se que a redução dos gastos com saúde não é impacto inevitável da adoção de políticas de austeridade, mas sim uma decisão política.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho apresenta uma proposta metodológica de análise do orçamento público, utilizando como estudo de caso o orçamento da Prefeitura do Rio de Janeiro nos anos de 2017 e 2018. Por meio da utilização de instrumentos de acesso público foi possível realizar a análise detalhada das divergências entre o projeto orçamentário aprovado e aquele executado pelo gestor público.

Receituário já muito testado e criticado por outros países, a política de austeridade foi adotada como parte do programa de governo na gestão da Prefeitura do Rio de Janeiro no mandato de 2017 a 2020. Com a necessidade de se reequilibrar as contas públicas do Município após a crise econômica que afeta o país, a Prefeitura optou por atuar em duas frentes, aumentando a arrecadação de receitas por meio do aumento de tributos e reduzindo os gastos.

Em 2018 a Prefeitura conseguiu desacelerar o crescimento das despesas e aumentar a arrecadação de receitas. Porém, ao mesmo tempo em que programas estratégicos foram cancelados ou tiveram seu orçamento reduzido, programas e ações complementares foram excessivamente beneficiados, com aumentos superiores a 200 vezes seu valor inicial, numa clara distorção da Lei Orçamentária Anual aprovada pelo Legislativo. Se em algumas áreas tal redução foi facilmente verificada, na Saúde essa redução ocorreu de forma indireta. Embora não tenha sido verificada redução do montante destinado à pasta, ocorreu uma queda na sua participação nos gastos totais da Prefeitura. Além disso, também foram verificados em outros trabalhos a transferência de valores destinados à Saúde para outras pastas, por meio dos decretos de abertura de créditos suplementares. Tais instrumentos dificultaram a visualização da real redução orçamentária realizada.

O distanciamento entre o projeto orçamentário aprovado e o realizado não pode ser explicado apenas pela frustração das receitas previstas, o que reforça a necessidade de se manter o monitoramento do orçamento público, que deve ser apresentado aos cidadãos de forma transparente, atualizada e clara, permitindo a intervenção da sociedade quando são identificados desvios não justificáveis do projeto aprovado. Dessa forma, o monitoramento do orçamento público não se encerra na sua mera análise. Outros instrumentos podem ser propostos para a análise assim como outros indicadores da execução orçamentária. Além disso, questionamentos acerca do grau de liberdade do Poder Executivo em modificar o projeto aprovado devem ser realizados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, H. Crivella faz discurso de austeridade em evento da Cultura, **UOL**, São Paulo, 5 jan. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/05/plateia-reage-a-crivella-apos-discurso-de-austeridade-cultura-e-trabalho.htm>. Acesso em: 30 abr. 2019.

BARBOSA, C.; FERREIRA, J.; SAVEDRA, P. Crivella anuncia tempos de austeridade. **O DIA**. Rio de Janeiro, 2 jan. 2017. Disponível em: https://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/2017-01-02/crivella-anuncia-tempos-de-austeridade.html. Acesso em: 30 abr. 2019.

BARROS, M. E. D.; PIOLA, S. F. Financiamento dos serviços de saúde no Brasil. *In*: MARQUES, R. M.; PIOLA, S. F.; ROA, A. C. (org.). **Sistema de saúde no Brasil: organização e financiamento**. Rio de Janeiro: ABrES, 2016. p. 101-138.

BARROS, P. P. Health policy reform in tough times: the case of Portugal. **Health Policy**, V. 106, p. 17-22, 2012.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 30 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Orçamento e Gestão. Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 1999. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-mog-42_1999_atualizada_23jul2012-1.doc/view. Acesso em: 31 maio 2019.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**: seção 1, DF, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em 30 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Orçamento cidadão**: projeto de lei orçamentária anual - PLOA 2019. Brasília: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2018. 48p.

BRENNER, M. H. **Mental illness and the economy**. Oxford: Harvard U. Press, 1973.

BRITO, C. Marcelo Crivella promete austeridade à frente da Prefeitura do Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 dez. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/marcelo-crivella-promete-austeridade-a-frente-da-prefeitura-do-rio.ghtml>. Acesso em: 30 abr. 2019.

CATALANO, R. *et al.* The Health Effects of economic decline. **Annual Review of Public Health**, v. 32, p. 431-450, 2011.

COELHO, T. Um Rio de portas fechadas. **Revista Piauí**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/um-rio-de-portas-fechadas/>. Acesso em: 5 maio 2019.

CRIVELLA, M. B. Prefeito eleito diz que governo será de austeridade e parcerias. **Marcelo Crivella**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://marcelocrivella.com.br/prefeito-eleito-diz-que-governo-sera-de-austeridade-e-parcerias/> . Acesso em: 30 abr. 2019.

DANIS, K. *et al.* Autochthonous Plasmodium vivax malaria in Greece, 2011. **Eurosurveillance**, v. 16, n. 42, 2011.

DORLING, D. Unemployment and health. **BMJ**, v. 338, b829, 2009.

GILI, M. *et al.* The mental health risks of economic crisis in Spain: evidence from primary care centers, 2006 and 2010. **European Journal of Public Health**, v. 23, n. 1, p. 103-108, 2013.

GIULIO DE BELVISA, A. *et al.* The financial crisis in Italy: implications for the healthcare sector. **Health Policy**, v. 106, p. 10-16, 2012.

GLOBONEWS. Levantamento mostra que Prefeitura do Rio repassou R\$ 22 milhões da conservação para publicidade e propaganda. **Portal G1**, Rio de Janeiro, 23 jun. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/levantamento-mostra-que-prefeitura-do-rio-repassou-r-22-milhoes-da-conservacao-para-publicidade-e-propaganda.ghtml>. Acesso em: 30 abr. 2019.

GRANADOS, J. A. T. Increasing mortality during the expansions of the US economy, 1900–1996, **International Journal of Epidemiology**, v. 34, n. 6, p. 1194-1202, 2005.

GRAY, M.; BARFORD, A. The depths of the cuts: the uneven geography of local government austerity. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 11, n. 3, p. 541-563, 2018.

HAMMARSTRÖM, A.; JANLERT, U. An agenda for unemployment research: a challenge for public health. **International Journal of Health Services**, v. 35, n. 4, p. 765-77, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Brasil em Síntese, Rio de Janeiro. **IBGE**, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/pesquisa/38/47001>. Acesso em: 30 abr. 2019.

KENTIKELLENIS, A. *et al.* Health effects of financial crisis: omens of a Greek tragedy. **Lancet**, v. 378, p. 1457-1458, 2011.

LABONTÉ, R.; STUCKLER, D. The rise of neoliberalism: how bad economics imperils health and what to do about it. **Journal of Epidemiology and Community Health**, v.10, p.1-7, 2015.

LEGIDO-QUIGLEY, H. *et al.* Effects of the financial crisis and Troiska austerity measures on health care access in Portugal. **Health Policy**, v. 120, n. 7, p. 833-839, 2016.

MAGALHÃES, L. E. Crivella prevê que 2017 será um ano de austeridade na prefeitura. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 dez. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/crivella-preve-que-2017-sera-um-ano-de-austeridade-na-prefeitura-20593016>. Acesso em: 30 abr. 2019.

MARQUES, R. M. Notas exploratórias sobre as razões do subfinanciamento estrutural do SUS. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 49, p. 35-53, 2017.

OLIVEIRA, S. F. *et al.* Percepção sobre o Internato de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro pelos Preceptores do Serviço na Atenção Básica: um Estudo de Caso. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 41, n. 2, p. 320-326, 2017.

OSTRY, J. D.; LOUNGANI, P.; FURCERI, D. Neoliberalism: oversold? **Finance & Development**, v. 53, n. 2, p. 38-41, 2016.

PIERSON P. **Dismantling the welfare state?:** Reagan, Thatcher, and the politics of retrenchment. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

PINTO, L. F.; GIOVANELLA, L. Do Programa à Estratégia Saúde da Família: expansão do acesso e redução das internações por condições sensíveis à atenção básica (ICSAB). **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1903-1914, 2018.

PIRES, D. E. P. *et al.* Cargas de trabalho da enfermagem na Saúde da Família: implicações no acesso universal. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, v. 24, e2677, 2016.

PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS – DHESCA. **O impacto da política econômica de austeridade nos direitos humanos**. Brasília: DHESCA, 2017. Disponível em: http://austeridade.plataformadh.org.br/files/2017/11/publicacao_dhesca_baixa.pdf. Acesso em: 30 abr. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Fundação João Pinheiro – FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. **Atlas Brasil**, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 30 abr. 2019.

RADA, A. G. New legislation transforms Spain's health system from universal access to one based on employment. **BMJ**, v. 344, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmj.e3196>.

REEVES, A. *et al.* Austere or not? UK coalition government budgets and health inequalities. **Journal of the Royal Society of Medicine** v. 106, n. 11, p. 432-436, 2013.

REEVES, A. *et al.* The political economy of austerity and healthcare: cross-national analysis of expenditure changes in 27 European nations 1995-2011. **Health Policy**, v. 115, n. 1, p. 1-8, 2014.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei nº 5.686, de 10 de janeiro de 2014. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017. **Diário Municipal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 13 jan. 2014, p. 3-123.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei nº 6388, de 24 de julho de 2018. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2019 e dá outras providências. **Diário Municipal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 26 jul. 2018, p. 4-40.

RIO DE JANEIRO (Município). Prefeitura do Rio de Janeiro. Controladoria Geral do Município – PRJ/CGM. **Prestação de Contas 2015**. Rio de Janeiro: PRJ, 2016. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6069705/4159408/prestacao_contas_2015.pdf. Acesso em: 30 abr. 2019.

RIO DE JANEIRO (Município). Prefeitura do Rio de Janeiro. Controladoria Geral do Município – PRJ/CGM. **Prestação de Contas 2016**. Rio de Janeiro: PRJ, 2017. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1521865/4188801/LivroOficialdaPC2016.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

RIO DE JANEIRO (Município). Prefeitura do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Saúde – PRJ/SMS. **Plano Municipal de Saúde 2014 – 2017**. Rio de Janeiro: SMS, 2013.

RIO DE JANEIRO (Município). Prefeitura do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Saúde – PRJ/SMS. **Relatório Anual de Gestão 2013**. Rio de Janeiro: PRJ, 2014. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3700816/4138514/RAG2013aprovado.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

RIO DE JANEIRO (Município). Prefeitura do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Saúde – PRJ/SMS. **Relatório Anual de Gestão 2014**. Rio de Janeiro: SMS, 2015. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3700816/4138513/RAG2014aprovado.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

RIO DE JANEIRO (Município). Prefeitura do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Saúde – PRJ/SMS. **Relatório Anual de Gestão 2015**. Rio de Janeiro: PRJ, 2016. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3700816/4160317/RAG2015.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

RIO DE JANEIRO (Município). Prefeitura do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Saúde – PRJ/SMS. **Relatório Anual de Gestão 2016**. Rio de Janeiro: PRJ, 2017. Disponível em: <http://prefeitura.rio/documents/73801/fccd2ad4-6564-45f8-987c-44fda20b3a8a>. Acesso em: 30 abr. 2019.

RIO DE JANEIRO (Município). Prefeitura do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Saúde – PRJ/SMS. **Plano Municipal de Saúde 2018 – 2021**. Rio de Janeiro: SMS, 2018a.

RIO DE JANEIRO (Município). Prefeitura do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Saúde – PRJ/SMS. **Relatório de Reorganização dos Serviços de Atenção Primária da Saúde**. Rio de Janeiro: SMS, 2018b. Disponível em: <https://subpav.org/>. Acesso em: 30 abr. 2019.

RIO DE JANEIRO (Município). GRUPO DE TRABALHO PARA ANÁLISE DA PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – GTAPS. **Análise da Proposta de Reestruturação da Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde**. Rio de Janeiro: GTAPS, 2018. Disponível em: <http://www.enp.fiocruz.br/portal-enp/informe/site/arquivos/anexos/5eb78790bba7c5a96697d10dfb985a844aa8431d.DOCX>. Acesso em: 30 abr. 2019.

SANTOS, L. P. R. *et al.* Internações por condições sensíveis à atenção primária à saúde, 2008-2015: uma análise do impacto da expansão da ESF na cidade do Rio de Janeiro. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 26, n. 2, p. 178-183, 2018.

SCHRAMM, J. M. A.; PAES-SOUSA, R.; MENDES, L. V. P. Políticas **de austeridade e seus impactos na saúde**: um debate em tempos de crise. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

SEARA, B. A alma do negócio: Crivella já gastou R\$ 17 milhões em publicidade só em 2018. **Extra**, Rio de Janeiro, 9 abr. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/a-alma-do-negocio-crivella-ja-gastou-17-milhoes-em-publicidade-so-em-2018-22571943.html>. Acesso em: 30 abr. 2019.

STIGLITZ, J. Austerity has strangled Britain. Only Labour will consign it to history. **The Guardian**, Reino Unido, 7 jun. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/jun/07/austerity-britain-labour-neoliberalism-reagan-thatcher>. Acesso em: 25 abr. 2019.

STUCKLER, D. *et al.* The health implications of financial crisis: a review of the evidence, **Ulster Medicine Journal**, v. 78, n. 3, p. 142-145, 2009.

STUCKLER, D. *et al.* Effects of the 2008 recession on health: a first look at European data. **Lancet**, v. 378, p. 124-125, 2011.

STUCKLER, D. *et al.* Banking crises and mortality during the Great Depression: evidence from US urban populations, 1929–1937. **Journal of Epidemiology and Community Health**, v. 66, p. 410-419, 2012.

TOBALDINI, R. T. C.; SUGUIHIRO, V. T. **A desvinculação de recursos da união – DRU e o (des)Financiamento da Seguridade Social Brasileira**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo10.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

VAN HAL, G. The true cost of the economic crisis on psychological well-being: a review. **Psychology Research and Behavior Management**, v. 8, p.17-25, 2015.

VIEIRA, F. S. *et al.* Políticas sociais e austeridade fiscal: como as políticas sociais são afetadas pelo austericídio da agenda neoliberal no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro: CEBES, 2018. 64 p.

VON HAGEN, J.; HARDEN, I. J. Budget process and commitment to fiscal discipline. **European Economic Review**, n. 39, p. 771-779, 1995.

WAGSTAFF, A. Time series analysis of the relationship between unemployment and mortality: a survey of econometric critiques and replications of Brenner's studies. **Social Science & Medicine**, v. 21, n. 9, p. 985-996, 1985.

WISNIEWSKI, D.; GRÓSS, G.; BITTENCOURT, R. A influência da sobrecarga de trabalho do enfermeiro na qualidade da assistência pré-natal. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 27, n. 2, p. 177-182, 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE A - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO EM 2017, POR ÁREA DE RESULTADO E PROGRAMAS, DISCRIMINADOS PELA CATEGORIA DE RECURSOS. OS PROGRAMAS MARCADOS COM (*) SÃO OS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

(continua)

ÁREA DE RESULTADO / PROGRAMAS	NÃO VINCULADOS						VINCULADOS + OUTRAS FONTES						TOTAL		
	PREVISTO		EMPENHADO			% PREVISTO	PREVISTO		EMPENHADO			% PREVISTO	EMPENHADO		
	R\$	%	R\$	%	R\$		%	R\$	%	R\$	%		R\$	%	
CULTURA	179.804.032,92	72,9	114.884.420,45	64,5	63,9	66.914.802,87	27,1	63.184.419,68	35,5	94,4	246.718.835,79	178.068.840,13	72,2		
FOMENTO A PRODUCAO CULTURAL *	14.393.490,84	21,4	2.395.805,85	4,6	16,6	52.857.782,93	78,6	49.396.318,26	95,4	93,5	67.251.273,77	51.792.124,11	77,0		
GESTAO ADMINISTRATIVA - CULTURA	49.713.332,96	89,9	32.232.146,35	84,8	64,8	5.584.403,18	10,1	5.775.298,35	15,2	103,4	55.297.736,14	38.007.444,70	68,7		
IMPLANTACAO E GESTAO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA	922,66	100,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	922,66	0,00	0,0		
POLO CULTURAL DA ZONA PORTUARIA *	94.112,21	100,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	94.112,21	0,00	0,0		
REVISAO DA REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS *	80.809.909,87	91,3	60.957.452,28	90,3	75,4	7.674.405,42	8,7	6.557.663,15	9,7	85,4	88.484.315,29	67.515.115,43	76,3		
RIO - CAPITAL DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	34.791.341,72	98,1	19.299.015,97	93,8	55,5	689.051,47	1,9	1.279.834,58	6,2	185,7	35.480.393,19	20.578.850,55	58,0		
RIO PATRIMONIO - CENTRO *	922,66	0,8	0,00	0,0	0,0	109.159,87	99,2	175.305,34	100,0	160,6	110.082,53	175.305,34	159,2		
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	66.064.951,17	84,7	82.564.590,99	87,8	125,0	11.957.702,53	15,3	11.524.096,94	12,2	96,4	78.022.653,70	94.088.687,93	120,6		
DESENVOLVIMENTO ECONOMICO ESTRATEGICO	6.458,62	100,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	6.458,62	0,00	0,0		
EMPREENDEDORISMO E EMANCIPACAO, QUALIFICACAO E EMPREGABILIDADE	2.406.625,79	42,5	1.607.779,83	59,2	66,8	3.252.800,68	57,5	1.109.170,51	40,8	34,1	5.659.426,47	2.716.950,34	48,0		
GESTAO ADMINISTRATIVA - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	40.791.755,55	93,7	34.792.692,80	88,1	85,3	2.757.047,34	6,3	4.686.321,78	11,9	170,0	43.548.802,89	39.479.014,58	90,7		
PLANO DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL *	3.817,97	100,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	3.817,97	0,00	0,0		
RIO AMBIENTE DE NEGOCIOS *	2.767,98	100,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	2.767,98	0,00	0,0		
RIO CAPITAL DA ENERGIA *	1.845,32	100,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	1.845,32	0,00	0,0		
RIO CAPITAL DA INDUSTRIA CRIATIVA *	541.601,23	12,4	337.056,80	11,8	62,2	3.831.870,19	87,6	2.526.805,06	88,2	65,9	4.373.471,42	2.863.861,86	65,5		
RIO CAPITAL DO TURISMO *	22.310.078,71	91,3	45.827.061,56	93,5	205,4	2.115.984,32	8,7	3.201.799,59	6,5	151,3	24.426.063,03	49.028.861,15	200,7		
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	475.008.400,75	80,2	388.622.832,48	78,7	81,8	117.109.033,39	19,8	105.152.671,61	21,3	89,8	592.117.434,14	493.775.504,09	83,4		
ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL *	64.455.852,09	50,6	64.739.549,42	54,0	100,4	63.017.734,76	49,4	55.176.872,51	46,0	87,6	127.473.586,85	119.916.421,93	94,1		
CARTAO FAMILIA CARIOCA *	63.320.925,34	100,0	48.875.441,22	100,0	77,2	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	63.320.925,34	48.875.441,22	77,2		
DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER NA CIDADE	28.205.452,36	100,0	8.408.751,86	100,0	29,8	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	28.205.452,36	8.408.751,86	29,8		
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	69.513.193,30	56,2	71.621.398,48	59,6	103,0	54.089.752,25	43,8	48.567.599,26	40,4	89,8	123.602.945,55	120.188.997,74	97,2		
GESTAO ADMINISTRATIVA - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	201.622.801,78	100,0	174.004.227,45	100,0	86,3	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	201.622.801,78	174.004.227,45	86,3		
PROMOCAO E INCLUSAO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIENCIA E SUAS FAMILIAS	621.161,24	100,0	373.295,43	100,0	60,1	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	621.161,24	373.295,43	60,1		
RIO - CAPITAL DO BEM ESTAR E DO ENVELHECIMENTO ATIVO	47.269.014,64	100,0	20.600.168,62	93,6	43,6	1.546,38	0,0	1.408.199,84	6,4	91,064,3	47.270.561,02	22.008.368,46	46,6		
EDUCAÇÃO	3.206.865.748,43	52,3	3.100.575.112,71	54,0	96,7	2.920.004.268,55	47,7	2.638.620.516,65	46,0	90,4	6.126.870.016,98	5.739.195.629,36	93,7		
ESCOLAS DO AMANHA *	195.942,47	6,3	0,00	0,0	0,0	2.920.217,85	93,7	0,00	0,0	0,0	3.116.160,32	0,00	0,0		
FABRICA DE ESCOLAS *	23.045.913,66	6,9	66.032.039,78	27,8	286,5	308.559.801,12	93,1	171.401.197,02	72,2	55,5	331.605.714,78	237.433.236,80	71,6		
GESTAO ADMINISTRATIVA - EDUCACAO	3.009.266.830,63	59,4	2.861.113.651,71	59,6	95,1	2.053.497.534,84	40,6	1.940.174.582,04	40,4	94,5	5.062.764.365,47	4.801.288.233,75	94,8		
MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCACAO CARIOCA	93.982.305,80	30,8	59.658.682,74	23,8	63,5	210.860.736,09	69,2	191.137.688,46	76,2	90,6	304.843.041,89	250.796.371,20	82,3		
MIDIA, ESCOLA E SOCIEDADE	6.869.408,83	96,8	2.197.939,96	99,3	32,0	224.910,29	3,2	14.578,63	0,7	6,5	7.094.319,12	2.212.518,59	31,2		
MODERNIZACAO DA GESTAO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA NA EDUCACAO	66.817.708,62	16,7	107.279.792,89	24,3	160,6	332.139.045,27	83,3	334.852.325,97	75,7	100,8	398.956.753,89	442.132.118,86	110,8		
REFORCO ESCOLAR *	157.581,97	1,3	59.638,88	5,4	37,8	11.753.352,79	98,7	1.040.144,53	94,6	8,8	11.910.934,76	1.099.783,41	9,2		
RIO CRIANCA GLOBAL *	6.530.056,45	100,0	4.233.366,75	100,0	64,8	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	6.530.056,45	4.233.366,75	64,8		
SAUDE NAS ESCOLAS *	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	48.670,30	100,0	0,00	0,0	0,0	48.670,30	0,00	0,0		

(continuação) APÊNDICE A - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO EM 2017, POR ÁREA DE RESULTADO E PROGRAMAS, DISCRIMINADOS PELA CATEGORIA DE RECURSOS. OS PROGRAMAS MARCADOS COM (*) SÃO OS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

(continua)

ÁREA DE RESULTADO / PROGRAMAS	NÃO VINCULADOS						VINCULADOS + OUTRAS FONTES						TOTAL		
	PREVISTO		EMPENHADO				PREVISTO		EMPENHADO				PREVISTO	EMPENHADO	
	R\$	%	R\$	%	% PREVISTO	R\$	%	R\$	%	% PREVISTO	R\$	R\$	% PREVISTO		
GESTÃO E FINANÇAS PÚBLICAS	2.421.166.586,55	85,5	1.928.892.424,18	72,3	79,7	411.077.673,96	14,5	739.539.542,41	27,7	179,9	2.832.244.260,51	2.668.431.966,59	94,2		
GARANTIA DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO E ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	9.675.009,29	100,0	32.682,33	100,0	0,3	9.675.009,29	32.682,33	0,3		
GENTE DE ALTO VALOR *	151.912,22	100,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	151.912,22	0,00	0,0		
GESTÃO ADMINISTRATIVA - GESTÃO E FINANÇAS PÚBLICAS	2.397.932.113,55	87,8	1.859.392.886,41	72,5	77,5	333.220.633,05	12,2	704.496.615,90	27,5	211,4	2.731.152.746,60	2.563.889.502,31	93,9		
GESTÃO DE PESSOAS	4.628.145,79	59,8	1.673.547,85	44,9	36,2	3.104.888,18	40,2	2.051.647,68	55,1	66,1	7.733.033,97	3.725.195,53	48,2		
GOVERNO DE ALTO DESEMPENHO *	3.306.560,37	37,5	221.436,65	20,8	6,7	5.508.278,23	62,5	842.665,27	79,2	15,3	8.814.838,60	1.064.101,92	12,1		
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FAZENDÁRIA	4.824.956,47	17,6	707.157,20	3,9	14,7	22.585.536,93	82,4	17.209.579,90	96,1	76,2	27.410.493,40	17.916.737,10	65,4		
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA FISCAL E TRIBUTÁRIO *	922,66	100,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	922,66	0,00	0,0		
NOTA CARIOCA 2.0 *	2.867.435,26	100,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	2.867.435,26	0,00	0,0		
PREFEITURA PRESENTE *	4.297.198,83	100,0	21.424.200,62	100,0	498,6	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	4.297.198,83	21.424.200,62	498,6		
RIO CIDADE INTELIGENTE *	3.004.179,89	10,0	0,00	0,0	0,0	26.988.721,68	90,0	2.389.231,00	100,0	8,9	29.992.901,57	2.389.231,00	8,0		
SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA A POPULAÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	153.161,51	1,5	45.473.195,45	78,4	29.689,7	9.994.606,60	98,5	12.517.120,33	21,6	125,2	10.147.768,11	57.990.315,78	571,5		
HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO	294.229.816,01	33,3	199.144.834,74	32,7	67,7	588.703.361,80	66,7	410.772.664,56	67,3	69,8	882.933.177,81	609.917.499,30	69,1		
BAIRRO MARAVILHA *	600.651,45	0,8	0,00	0,0	0,0	75.928.366,65	99,2	21.904.163,43	100,0	28,8	76.529.018,10	21.904.163,43	28,6		
GESTÃO ADMINISTRATIVA - HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO	163.581.611,87	97,1	146.560.770,97	96,9	89,6	4.854.507,43	2,9	4.699.190,12	3,1	96,8	168.436.119,30	151.259.961,09	89,8		
GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	3.841.355,13	100,0	2.307.675,59	94,0	60,1	0,00	0,0	146.699,48	6,0	0,0	3.841.355,13	2.454.375,07	63,9		
INFORMAÇÕES GERENCIAIS, ESTATÍSTICAS, CARTOGRAFICAS E DADOS GERAIS SOBRE A CIDADE	2.192.792,05	14,4	79.989,28	1,4	3,6	13.031.766,03	85,6	5.482.684,37	98,6	42,1	15.224.558,08	5.562.673,65	36,5		
INTERVENÇÕES DE REVITALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO URBANA	3.759.695,14	3,2	362.110,07	0,9	9,6	113.489.505,94	96,8	40.806.763,95	99,1	36,0	117.249.201,08	41.168.874,02	35,1		
INTERVENÇÕES PREDIAIS	881.139,98	17,5	1.812.983,71	91,5	205,8	4.151.968,51	82,5	168.351,72	8,5	4,1	5.033.108,49	1.981.335,43	39,4		
MORAR CARIOCA - MINHA CASA MINHA VIDA *	10.853.245,69	64,1	8.157.428,08	57,2	75,2	6.081.549,74	35,9	6.097.485,70	42,8	100,3	16.934.795,43	14.254.913,78	84,2		
MORAR CARIOCA - URBANIZAÇÃO *	21.047.757,59	8,5	13.006.228,76	7,7	61,8	225.853.141,96	91,5	155.951.551,38	92,3	69,0	246.900.899,55	168.957.780,14	68,4		
PARQUE OLÍMPICO *	79.420.670,41	97,7	20.126.148,38	70,4	25,3	1.847.859,42	2,3	8.463.693,99	29,6	458,0	81.268.529,83	28.589.842,37	35,2		
PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO DESENVOLVIMENTO URBANO	5.535,96	75,0	0,00	0,0	0,0	1.845,32	25,0	0,00	0,0	0,0	7.381,28	0,00	0,0		
PORTO MARAVILHA *	3.416.771,15	100,0	0,00	0,0	0,0	922,66	0,0	145.214.758,72	100,0	15.738.707,5	3.417.693,81	145.214.758,72	4.248,9		
PROTEÇÃO DE ENCOSTAS E ÁREAS DE RISCO GEOTÉCNICO	4.623.053,63	3,1	6.731.499,90	23,6	145,6	143.461.928,14	96,9	21.837.321,70	76,4	15,2	148.084.981,77	28.568.821,60	19,3		
REVITALIZAÇÃO DA CIDADE NOVA *	922,66	100,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	922,66	0,00	0,0		
RIO VERDE - TRANSFORMAÇÃO DA RIO BRANCO *	922,66	100,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	922,66	0,00	0,0		
UPP SOCIAL *	3.690,64	100,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	3.690,64	0,00	0,0		

(continuação) APÊNDICE A - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO EM 2017, POR ÁREA DE RESULTADO E PROGRAMAS, DISCRIMINADOS PELA CATEGORIA DE RECURSOS. OS PROGRAMAS MARCADOS COM (*) SÃO OS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

(continua)

ÁREA DE RESULTADO / PROGRAMAS	NÃO VINCULADOS						VINCULADOS + OUTRAS FONTES						TOTAL		
	PREVISTO		EMPENHADO			PREVISTO		EMPENHADO			PREVISTO		EMPENHADO		
	R\$	%	R\$	%	% PREVISTO	R\$	%	R\$	%	% PREVISTO	R\$	R\$	% PREVISTO		
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	1.550.407.933,43	68,9	1.419.898.255,70	73,8	91,6	699.524.068,21	31,1	504.454.360,05	26,2	72,1	2.249.932.001,64	1.924.352.615,75	85,5		
CONTROLE DE ENCHENTES *	61.161.498,51	35,2	17.029.001,17	75,5	27,8	112.563.094,74	64,8	5.526.200,39	24,5	4,9	173.724.593,25	22.555.201,56	13,0		
EXPANSÃO DO SANEAMENTO *	22.998.480,61	10,9	1.292.503,90	1,2	5,6	188.453.871,32	89,1	105.114.598,01	98,8	55,8	211.452.351,93	106.407.101,91	50,3		
GESTÃO ADMINISTRATIVA - MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	1.290.946.097,45	93,5	1.265.057.644,52	95,4	98,0	89.890.740,15	6,5	61.301.833,10	4,6	68,2	1.380.836.837,60	1.326.359.477,62	96,1		
GESTÃO SUSTENTÁVEL DA LIMPEZA URBANA	162.074.606,93	39,4	124.661.133,73	29,8	76,9	249.207.927,92	60,6	294.294.725,18	70,2	118,1	411.282.534,85	418.955.858,91	101,9		
MODELO DE RESPEITO AOS ANIMAIS URBANOS	5.463.497,87	100,0	4.681.928,15	100,0	85,7	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	5.463.497,87	4.681.928,15	85,7		
QUALIDADE DE ÁGUAS URBANAS *	6.848.601,94	30,2	6.901.471,79	36,2	100,8	15.794.711,01	69,8	12.171.020,35	63,8	77,1	22.643.312,95	19.072.492,14	84,2		
RIO CAPITAL DA BICICLETA *	5.567,32	75,1	0,00	0,0	0,0	1.845,32	24,9	0,00	0,0	0,0	7.412,64	0,00	0,0		
RIO CAPITAL SUSTENTÁVEL *	478.653,69	4,5	273.926,58	3,8	57,2	10.160.559,87	95,5	6.939.766,72	96,2	68,3	10.639.213,56	7.213.693,30	67,8		
RIO CAPITAL VERDE *	421.686,83	2,6	0,00	0,0	0,0	15.820.002,96	97,4	10.859.483,90	100,0	68,6	16.241.689,79	10.859.483,90	66,9		
RIO NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE	9.242,28	0,1	645,86	0,0	7,0	17.631.314,92	99,9	8.246.732,40	100,0	46,8	17.640.557,20	8.247.378,26	46,8		
ORDEM PÚBLICA E CONSERVAÇÃO	945.990.197,58	76,9	817.270.406,22	73,6	86,4	284.171.376,12	23,1	293.559.931,47	26,4	103,3	1.230.161.573,70	1.110.830.337,69	90,3		
CONSERVAÇÃO DA CIDADE - CONSERVAÇÃO E MELHORIA DOS ESPAÇOS DE INTERESSE PÚBLICO	17.112.598,41	59,3	7.407.416,59	48,6	43,3	11.760.837,41	40,7	7.821.921,63	51,4	66,5	28.873.435,82	15.229.338,22	52,7		
CONSERVAÇÃO DE VIAS ESPECIAIS E TUNEIS *	15.356.874,86	100,0	1.274.549,36	100,0	8,3	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	15.356.874,86	1.274.549,36	8,3		
GESTÃO ADMINISTRATIVA - ORDEM PÚBLICA E CONSERVAÇÃO	695.269.179,77	99,1	681.295.547,49	98,6	98,0	5.989.286,55	0,9	10.015.405,13	1,4	167,2	701.258.466,32	691.310.952,62	98,6		
GESTÃO INTEGRADA DE VIAS PÚBLICAS *	182.122.345,39	98,4	79.112.155,06	81,7	43,4	2.952.616,12	1,6	17.770.996,56	18,3	601,9	185.074.961,51	96.883.151,62	52,3		
MODERNIZAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA *	2.216.247,90	0,9	10.819.937,15	4,2	488,2	257.676.685,18	99,1	245.153.668,53	95,8	95,1	259.892.933,08	255.973.605,68	98,5		
PROTEÇÃO CIVIL DO CIDADÃO	2.587.942,28	100,0	1.643.751,52	100,0	63,5	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	2.587.942,28	1.643.751,52	63,5		
RIO ACESSÍVEL *	161.244,92	100,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	161.244,92	0,00	0,0		
RIO EM ORDEM *	31.163.764,05	84,3	35.717.049,05	73,6	114,6	5.791.950,86	15,7	12.797.939,62	26,4	221,0	36.955.714,91	48.514.988,67	131,3		
OUTROS PROGRAMAS	1.651.409.773,16	27,8	1.560.699.070,26	27,2	94,5	4.290.344.475,79	72,2	4.185.760.292,80	72,8	97,6	5.941.754.248,95	5.746.459.363,06	96,7		
ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO	47.733.797,99	100,0	45.850.348,72	100,0	96,1	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	47.733.797,99	45.850.348,72	96,1		
CONTROLE EXTERNO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	26.299.491,21	100,0	24.446.998,12	100,0	93,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	26.299.491,21	24.446.998,12	93,0		
GESTÃO DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS	1.577.376.483,96	99,3	1.490.401.723,42	99,1	94,5	11.753.490,23	0,7	13.666.283,82	0,9	116,3	1.589.129.974,19	1.504.068.007,24	94,6		
OBRIGAÇÕES COM APOSENTADORIAS E PENSÕES	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	4.278.590.985,56	100,0	4.172.094.008,98	100,0	97,5	4.278.590.985,56	4.172.094.008,98	97,5		

(continuação) APÊNDICE A - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO EM 2017, POR ÁREA DE RESULTADO E PROGRAMAS, DISCRIMINADOS PELA CATEGORIA DE RECURSOS. OS PROGRAMAS MARCADOS COM (*) SÃO OS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

(conclusão)

ÁREA DE RESULTADO / PROGRAMAS	NÃO VINCULADOS						VINCULADOS + OUTRAS FONTES						TOTAL		
	PREVISTO		EMPENHADO			PREVISTO		EMPENHADO			PREVISTO		EMPENHADO		
	R\$	%	R\$	%	% PREVISTO	R\$	%	R\$	%	% PREVISTO	R\$	R\$	% PREVISTO		
SAÚDE	3.500.486.455,81	71,1	3.155.521.213,15	69,9	90,1	1.422.172.025,85	28,9	1.358.154.914,53	30,1	95,5	4.922.658.481,66	4.513.676.127,68	91,7		
ACOES E PROGRAMAS DE SAUDE E LINHAS DE CUIDADO	7.013.937,93	44,5	3.537.306,48	30,2	50,4	8.747.478,90	55,5	8.163.759,19	69,8	93,3	15.761.416,83	11.701.065,67	74,2		
ATENCAO HOSPITALAR	605.490.056,51	53,7	521.650.090,91	54,0	86,2	521.344.908,20	46,3	443.866.550,53	46,0	85,1	1.126.834.964,71	965.516.641,44	85,7		
DESOSPITALIZACAO - PADI E LEITOS DE RETAGUARDA *	4.098.839,00	36,7	3.483.998,93	40,6	85,0	7.076.092,91	63,3	5.101.144,11	59,4	72,1	11.174.931,91	8.585.143,04	76,8		
GESTAO ADMINISTRATIVA - SAUDE	1.560.856.369,62	96,6	1.468.085.980,85	96,4	94,1	54.329.796,00	3,4	55.112.813,01	3,6	101,4	1.615.186.165,62	1.523.198.793,86	94,3		
INFRAESTRUTURA E GESTAO DO SUS	60.105.137,15	23,3	65.155.705,72	25,4	108,4	197.500.011,46	76,7	191.640.841,16	74,6	97,0	257.605.148,61	256.796.546,88	99,7		
REESTRUTURACAO DO ATENDIMENTO DE URGENCIA E EMERGENCIA *	276.688.019,38	60,2	218.498.256,03	54,5	79,0	182.715.097,94	39,8	182.288.065,58	45,5	99,8	459.403.117,32	400.786.321,61	87,2		
SAUDE INTELIGENTE *	35.705.594,10	57,5	30.982.191,51	55,5	86,8	26.411.202,23	42,5	24.851.175,98	44,5	94,1	62.116.796,33	55.833.367,49	89,9		
SAUDE PRESENTE *	922.285.563,04	71,5	825.217.523,25	68,4	89,5	366.824.538,54	28,5	380.569.516,96	31,6	103,7	1.289.110.101,58	1.205.787.040,21	93,5		
VIGILANCIA E CONTROLE DO RISCO SANITARIO	1.793.816,47	10,0	598.861,90	3,4	33,4	16.202.940,86	90,0	17.147.948,73	96,6	105,8	17.996.757,33	17.746.810,63	98,6		
VIGILANCIA EM SAUDE, INFORMACAO EPIDEMIOLOGICA, PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS E AGRAVOS	26.449.122,61	39,2	18.311.297,57	27,0	69,2	41.019.958,81	60,8	49.413.099,28	73,0	120,5	67.469.081,42	67.724.396,85	100,4		
TRANSPORTES	367.031.496,61	30,0	167.934.139,74	26,8	45,8	855.182.253,44	70,0	457.789.959,11	73,2	53,5	1.222.213.750,05	625.724.098,85	51,2		
GESTAO ADMINISTRATIVA - TRANSPORTES	123.841.712,38	78,4	93.552.956,97	79,6	75,5	34.117.088,79	21,6	24.041.071,41	20,4	70,5	157.958.801,17	117.594.028,38	74,4		
PLANO DE MOBILIDADE SUSTENTAVEL *	922,66	100,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	922,66	0,00	0,0		
PROJETO DE TRANSPORTE AQUAVIARIO *	922,66	100,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	922,66	0,00	0,0		
RACIONALIZACAO E INTEGRACAO FISICO-TARIFARIA - BILHETE UNICO CARIOCA *	2.783,66	100,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	2.783,66	0,00	0,0		
RIO BOA PRACA *	922,66	100,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	922,66	0,00	0,0		
RIO OBRAS VIARIAS	3.131.577,95	100,0	1.925.080,28	8,1	61,5	0,00	0,0	21.980.134,35	91,9	0,0	3.131.577,95	23.905.214,63	763,4		
TRAFEGO INTELIGENTE *	416.423,06	0,4	361.799,89	0,5	86,9	97.935.592,50	99,6	67.749.957,30	99,5	69,2	98.352.015,56	68.111.757,19	69,3		
TRANSBRASIL *	142.501.952,42	19,7	0,00	0,0	0,0	580.384.249,79	80,3	234.331.070,87	100,0	40,4	722.886.202,21	234.331.070,87	32,4		
TRANSCARIOCA *	3.706,32	100,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	3.706,32	0,00	0,0		
TRANSOESTE *	922,66	14,3	0,00	0,0	0,0	5.535,96	85,7	0,00	0,0	0,0	6.458,62	0,00	0,0		
TRANSOLIMPICA *	922,66	25,0	0,00	0,0	0,0	2.767,98	75,0	0,00	0,0	0,0	3.690,64	0,00	0,0		
TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA	1.166.348,84	1,6	190.867,84	0,4	16,4	72.599.899,57	98,4	47.983.174,82	99,6	66,1	73.766.248,41	48.174.042,66	65,3		
VLT DO CENTRO *	95.962.378,68	57,8	71.903.434,76	53,8	74,9	70.137.118,85	42,2	61.704.550,36	46,2	88,0	166.099.497,53	133.607.985,12	80,4		
TOTAL	13.712.475.194,84	54,6	12.118.736.894,40	53,6	88,4	11.382.989.666,39	45,4	10.474.953.438,34	46,4	92,0	25.095.464.861,23	22.593.690.332,74	90,0		

APÊNDICE B – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO EM 2018, POR ÁREA DE RESULTADO E PROGRAMAS, DISCRIMINADOS PELA CATEGORIA DE RECURSOS. OS PROGRAMAS MARCADOS COM (*) SÃO OS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

(continua)

ÁREA DE RESULTADO / PROGRAMAS	NÃO VINCULADOS			VINCULADOS + OUTRAS FONTES			TOTAL		
	PREVISTO	EMPENHADO	% PREVISTO	PREVISTO	EMPENHADO	% PREVISTO	PREVISTO	EMPENHADO	% PREVISTO
	R\$	R\$		R\$	R\$		R\$	R\$	
CAPITAL HUMANO NA FORMACAO DO CARIOCA	3.834.485.785,00	3.394.547.258,07	88,5	3.088.131.216,00	3.188.978.360,86	103,3	6.922.617.001,00	6.583.525.618,93	95,1
ALFABETIZACAO *	1.000,00	0,00	0,0	0,00	100.480,00	-	1.000,00	100.480,00	10.048,0
CARIOQUINHAS NAS CRECHES E PRE-ESCOLAS *	5.000,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0	5.000,00	0,00	0,0
CULTURA CIDADÃ *	1.000,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0	1.000,00	0,00	0,0
DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER NA CIDADE	15.304.704,00	10.470.201,19	68,4	0,00	0,00	0,0	15.304.704,00	10.470.201,19	68,4
FORMACAO DE PROFESSORES *	298.641,00	232.702,31	77,9	9.108.420,00	1.775.790,98	19,5	9.407.061,00	2.008.493,29	21,4
GESTAO ADMINISTRATIVA - CAPITAL HUMANO NA FORMACAO DO CARIOCA	3.637.029.564,00	3.194.866.310,00	87,8	2.253.760.195,00	2.220.273.582,28	98,5	5.890.789.759,00	5.415.139.892,28	91,9
MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCACAO CARIOCA	70.497.294,00	54.903.909,99	77,9	210.700.893,00	291.789.344,87	138,5	281.198.187,00	346.693.254,86	123,3
MIDIA, ESCOLA E SOCIEDADE	4.075.674,00	2.517.422,61	61,8	1.000,00	0,00	0,0	4.076.674,00	2.517.422,61	61,8
MODERNIZACAO DA GESTAO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA NA EDUCACAO	51.435.013,00	77.773.035,16	151,2	544.665.926,00	599.133.865,73	110,0	596.100.939,00	676.906.900,89	113,6
MUSEU DA ESCRAVIDAO E DA LIBERDADE *	102.000,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0	102.000,00	0,00	0,0
PROGRAMA INTEGRADO DE FOMENTO A CULTURA	11.286.627,00	4.036.880,03	35,8	59.074.902,00	53.252.806,49	90,1	70.361.529,00	57.289.686,52	81,4
RIO - LIDERANCA E DIVERSIDADE NO AUDIOVISUAL	535.799,00	397.827,96	74,2	2.199.533,00	1.279.473,11	58,2	2.735.332,00	1.677.301,07	61,3
RIO ESCOLA INTEGRAL *	4.000,00	0,00	0,0	1.000,00	8.476.320,06	847.632,0	5.000,00	8.476.320,06	169.526,4
TIME RIO *	622.560,00	72.621,83	11,7	0,00	2.348.413,32	-	622.560,00	2.421.035,15	388,9
VALORIZACAO DA REDE DE CULTURA *	43.286.909,00	49.276.346,99	113,8	8.619.347,00	10.548.284,02	122,4	51.906.256,00	59.824.631,01	115,3
GOVERNANCA PARA OS CIDADÃOS	2.638.967.114,00	2.347.971.308,03	89,0	717.103.382,00	564.329.316,66	78,7	3.356.070.496,00	2.912.300.624,69	86,8
CIDADE DIGITAL *	3.000,00	0,00	0,0	6.752.000,00	0,00	0,0	6.755.000,00	0,00	0,0
GARANTIA DO SISTEMA PREVIDENCIARIO E ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES	0,00	0,00	0,0	18.261.700,00	28.900,00	0,2	18.261.700,00	28.900,00	0,2
GENTE DE EFETIVIDADE *	1.000,00	0,00	0,0	1.000,00	0,00	0,0	2.000,00	0,00	0,0
GESTAO ADMINISTRATIVA - GOVERNANCA PARA OS CIDADÃOS	2.508.714.280,00	2.238.606.235,94	89,2	563.403.411,00	464.272.963,23	82,4	3.072.117.691,00	2.702.879.199,17	88,0
GESTAO DE PESSOAS	5.157.391,00	2.473.422,20	48,0	3.521.005,00	1.198.706,76	34,0	8.678.396,00	3.672.128,96	42,3
LICENCA FACIL *	4.000,00	0,00	0,0	2.000,00	0,00	0,0	6.000,00	0,00	0,0
MODERNIZACAO DA GESTAO E DE PROCESSOS	7.000,00	0,00	0,0	48.000,00	0,00	0,0	55.000,00	0,00	0,0
MODERNIZACAO DA GESTAO FAZENDARIA	2.000,00	193.326,80	9.666,3	29.610.374,00	7.956.854,25	26,9	29.612.374,00	8.150.181,05	27,5
ORCAMENTO EFICIENTE *	1.000,00	250.000,00	25.000,0	7.810.276,00	1.200.000,00	15,4	7.811.276,00	1.450.000,00	18,6
PARCERIAS RIO *	100.053.465,00	58.690.234,25	58,7	79.466.457,00	74.844.150,92	94,2	179.519.922,00	133.534.385,17	74,4
PLANEJA RIO *	2.000,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0	2.000,00	0,00	0,0
PREFEITURA & VOCE *	16.455.647,00	18.243.743,23	110,9	0,00	0,00	0,0	16.455.647,00	18.243.743,23	110,9
PREFEITURA MAIS PROXIMA *	1.000,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0	1.000,00	0,00	0,0
PROCESSOS DIGITAIS *	1.000,00	0,00	0,0	1.000,00	0,00	0,0	2.000,00	0,00	0,0
RIO RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE *	3.000,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0	3.000,00	0,00	0,0
SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA A POPULACAO, PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR	8.561.331,00	29.514.345,61	344,7	8.226.159,00	14.827.741,50	180,3	16.787.490,00	44.342.087,11	264,1

(continuação) APÊNDICE B – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO EM 2018, POR ÁREA DE RESULTADO E PROGRAMAS, DISCRIMINADOS PELA CATEGORIA DE RECURSOS. OS PROGRAMAS MARCADOS COM (*) SÃO OS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

(continua)

ÁREA DE RESULTADO / PROGRAMAS	NÃO VINCULADOS			VINCULADOS + OUTRAS FONTES			TOTAL		
	PREVISTO	EMPENHADO	% PREVISTO	PREVISTO	EMPENHADO	% PREVISTO	PREVISTO	EMPENHADO	% PREVISTO
	R\$	R\$		R\$	R\$		R\$	R\$	
OUTROS PROGRAMAS	3.336.990.826,00	2.405.314.497,99	72,1	4.917.124.795,00	5.127.781.341,63	104,3	8.254.115.621,00	7.533.095.839,62	91,3
ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO	727.754.178,00	43.106.014,03	5,9	9.992.478,00	0,00	0,0	737.746.656,00	43.106.014,03	5,8
CONTROLE EXTERNO DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO	270.406.000,00	26.983.523,20	10,0	0,00	0,00	0,0	270.406.000,00	26.983.523,20	10,0
GESTAO DAS OPERACOES ESPECIAIS	2.338.830.648,00	2.335.224.960,76	99,8	10.117.861,00	316.054.168,32	3.123,7	2.348.948.509,00	2.651.279.129,08	112,9
OBRIGACOES COM APOSENTADORIAS E PENSOES	0,00	0,00	0,0	4.897.014.456,00	4.811.727.173,31	98,3	4.897.014.456,00	4.811.727.173,31	98,3
RIO GLOBAL, PRODUTIVO, INOVADOR E DE OPORTUNIDADES	73.936.748,00	89.201.529,27	120,6	39.750.526,00	12.865.907,72	32,4	113.687.274,00	102.067.436,99	89,8
CAPACITA RIO *	2.550.923,00	418.906,70	16,4	1.760.096,00	798.943,66	45,4	4.311.019,00	1.217.850,36	28,2
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO	2.000,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0	2.000,00	0,00	0,0
ECONOMIA DO FUTURO *	1.050.900,00	8.370,00	0,8	17.799.350,00	296.549,57	1,7	18.850.250,00	304.919,57	1,6
EMPREENDEDORISMO SOCIAL CARIOCA *	811.167,00	409.907,86	50,5	7.500.000,00	0,00	0,0	8.311.167,00	409.907,86	4,9
GESTAO ADMINISTRATIVA - RIO GLOBAL, PRODUTIVO, INOVADOR E DE OPORTUNIDADES	35.948.849,00	38.469.321,73	107,0	748.000,00	3.730.774,07	498,8	36.696.849,00	42.200.095,80	115,0
INOVA RIO *	22.407.460,00	11.525.631,32	51,4	9.555.554,00	235.563,00	2,5	31.963.014,00	11.761.194,32	36,8
PLANO DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL	2.000,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0	2.000,00	0,00	0,0
RIO DE JANEIRO A JANEIRO *	11.162.449,00	38.369.391,66	343,7	2.386.526,00	7.804.077,42	327,0	13.548.975,00	46.173.469,08	340,8
RIO VOCACAO GLOBAL *	1.000,00	0,00	0,0	1.000,00	0,00	0,0	2.000,00	0,00	0,0
RIO SEGURO E VIGILANTE	595.338.248,00	534.820.771,97	89,8	70.997.566,00	53.434.530,74	75,3	666.335.814,00	588.255.302,71	88,3
GESTAO ADMINISTRATIVA - RIO SEGURO E VIGILANTE	577.116.551,00	524.184.349,97	90,8	0,00	988.368,00	-	577.116.551,00	525.172.717,97	91,0
MONITORA RIO *	3.000,00	0,00	0,0	28.151.903,00	3.199.968,29	11,4	28.154.903,00	3.199.968,29	11,4
POLITICA DE INCENTIVOS E PROGRAMA SEGURANCA PRESENTE *	8.567.299,00	5.483.381,61	64,0	36.851.202,00	32.880.756,81	89,2	45.418.501,00	38.364.138,42	84,5
PROTECAO CIVIL DO CIDADAO	2.121.204,00	1.560.412,40	73,6	0,00	0,00	0,0	2.121.204,00	1.560.412,40	73,6
SEGURANCA CIDADADA *	7.530.194,00	3.592.627,99	47,7	5.994.461,00	16.365.437,64	273,0	13.524.655,00	19.958.065,63	147,6
RIO VERDE, LIMPO E SAUDEL	1.531.607.101,00	1.478.924.827,99	96,6	730.414.269,00	781.741.470,97	107,0	2.262.021.370,00	2.260.666.298,96	99,9
AGUAS DO RIO *	4.000,00	0,00	0,0	5.193.155,00	4.159.612,00	80,1	5.197.155,00	4.159.612,00	80,0
CIDADE PELO CLIMA *	3.000,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0	3.000,00	0,00	0,0
CONTROLE DE ENCHENTES *	19.611.897,00	13.610.699,95	69,4	96.107.184,00	81.065.963,71	84,3	115.719.081,00	94.676.663,66	81,8
EXPANSAO DO SANEAMENTO *	2.020.424,00	1.515.664,35	75,0	139.445.833,00	96.082.608,69	68,9	141.466.257,00	97.598.273,04	69,0
GESTAO ADMINISTRATIVA - RIO VERDE, LIMPO E SAUDEL	1.464.056.714,00	1.405.781.354,94	96,0	87.765.708,00	79.481.412,67	90,6	1.551.822.422,00	1.485.262.767,61	95,7
GESTAO SUSTENTAVEL DOS RESIDUOS SOLIDOS *	30.139.786,00	44.733.804,39	148,4	370.503.226,00	490.212.443,22	132,3	400.643.012,00	534.946.247,61	133,5
MODELO DE RESPEITO AOS ANIMAIS URBANOS	5.582.276,00	6.240.778,11	111,8	0,00	0,00	0,0	5.582.276,00	6.240.778,11	111,8
PARQUES CARIOCAS *	1.000,00	0,00	0,0	1.000,00	1.000,00	100,0	2.000,00	1.000,00	50,0
PRACAS CARIOCAS *	2.000,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0	2.000,00	0,00	0,0
QUALIDADE DE AGUAS URBANAS E GESTAO COSTEIRA	7.782.560,00	6.959.259,89	89,4	11.983.071,00	12.775.254,75	106,6	19.765.631,00	19.734.514,64	99,8
RIO + SUSTENTAVEL *	20.444,00	4.880,00	23,9	2.000,00	0,00	0,0	22.444,00	4.880,00	21,7
RIO + VERDE *	2.249.000,00	0,00	0,0	11.841.534,00	10.579.967,44	89,3	14.090.534,00	10.579.967,44	75,1
RIO NO CONTROLE AMBIENTAL	134.000,00	78.386,36	58,5	7.571.558,00	7.383.208,49	97,5	7.705.558,00	7.461.594,85	96,8

(continuação) APÊNDICE B – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO EM 2018, POR ÁREA DE RESULTADO E PROGRAMAS, DISCRIMINADOS PELA CATEGORIA DE RECURSOS. OS PROGRAMAS MARCADOS COM (*) SÃO OS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

(continua)

ÁREA DE RESULTADO / PROGRAMAS	NÃO VINCULADOS			VINCULADOS + OUTRAS FONTES			TOTAL		
	PREVISTO	EMPENHADO	% PREVISTO	PREVISTO	EMPENHADO	% PREVISTO	PREVISTO	EMPENHADO	% PREVISTO
	R\$	R\$		R\$	R\$		R\$	R\$	
SAUDE PREVENTIVA E EMERGENCIA SOCIAL	4.549.957.164,00	3.702.470.175,48	81,4	1.971.621.640,00	1.865.316.229,36	94,6	6.521.578.804,00	5.567.786.404,84	85,4
ACOES E PROGRAMAS DE SAUDE E LINHAS DE CUIDADO	5.803.037,00	7.171.208,16	123,6	11.904.820,00	9.765.224,63	82,0	17.707.857,00	16.936.432,79	95,6
ATENCAO A MULHER *	3.988.532,00	1.760.396,62	44,1	0,00	0,00	0,0	3.988.532,00	1.760.396,62	44,1
ATENCAO HOSPITALAR	540.635.779,00	399.656.070,69	73,9	832.895.588,00	656.437.365,96	78,8	1.373.531.367,00	1.056.093.436,65	76,9
ATENCAO PRIMARIA A SAUDE *	1.034.680.284,00	858.728.528,37	83,0	448.078.977,00	400.607.339,93	89,4	1.482.759.261,00	1.259.335.868,30	84,9
ATENCAO PSICOSSOCIAL	62.940.349,00	75.113.521,21	119,3	93.757.331,00	86.264.661,81	92,0	156.697.680,00	161.378.183,02	103,0
CARTAO FAMILIA CARIOCA *	51.471.518,00	41.631.435,00	80,9	0,00	0,00	0,0	51.471.518,00	41.631.435,00	80,9
CLINICA DE ESPECIALIDADES *	35.341.045,00	20.906.664,19	59,2	52.288.395,00	16.619.581,61	31,8	87.629.440,00	37.526.245,80	42,8
DESOSPITALIZACAO - PROGRAMA DE ATENCAO DOMICILIAR AO IDOSO (PADI)	8.887.205,00	1.397.257,67	15,7	9.785.321,00	8.228.447,66	84,1	18.672.526,00	9.625.705,33	51,6
GESTAO ADMINISTRATIVA - SAUDE PREVENTIVA E EMERGENCIA SOCIAL	2.026.821.563,00	1.715.450.275,15	84,6	68.800.431,00	163.564.488,34	237,7	2.095.621.994,00	1.879.014.763,49	89,7
GESTAO CARIOCA DA POLITICA DE TRANSFERENCIA DE RENDA E CADASTRO UNICO	3.522.780,00	2.661.837,58	75,6	9.445.081,00	9.625.791,65	101,9	12.967.861,00	12.287.629,23	94,8
GOVERNANCA HOSPITALAR E URGENCIA E EMERGENCIA *	435.852.512,00	333.756.005,28	76,6	69.776.437,00	87.405.807,02	125,3	505.628.949,00	421.161.812,30	83,3
IDOSO CARIOCA *	956.700,00	948.100,00	99,1	0,00	0,00	0,0	956.700,00	948.100,00	99,1
INFRAESTRUTURA E GESTAO DA SMASDH	8.311.505,00	4.757.133,69	57,2	25.007.996,00	901.650,61	3,6	33.319.501,00	5.658.784,30	17,0
INFRAESTRUTURA E GESTAO DO SUS	92.055.791,00	81.472.169,71	88,5	45.288.784,00	70.941.904,88	156,6	137.344.575,00	152.414.074,59	111,0
PELOS DIREITOS HUMANOS *	9.912,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0	9.912,00	0,00	0,0
PRIMEIRA INFANCIA CARIOCA *	1.000,00	0,00	0,0	2.820.000,00	1.769.869,21	62,8	2.821.000,00	1.769.869,21	62,7
PROMOCAO E DEFESA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	5.447.595,00	4.794.793,39	88,0	1.892.703,00	4.426.736,54	233,9	7.340.298,00	9.221.529,93	125,6
PROMOCAO E INCLUSAO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIENCIA E SUAS FAMILIAS	22.691.275,00	21.386.791,34	94,3	0,00	0,00	0,0	22.691.275,00	21.386.791,34	94,3
PROTECAO SOCIAL BASICA	11.777.270,00	4.078.517,27	34,6	18.846.006,00	22.722.090,07	120,6	30.623.276,00	26.800.607,34	87,5
PROTECAO SOCIAL ESPECIAL *	71.275.308,00	46.340.406,70	65,0	21.893.334,00	43.489.909,73	198,6	93.168.642,00	89.830.316,43	96,4
REGULACAO EM SAUDE	72.232.281,00	63.320.030,88	87,7	183.090.240,00	208.075.119,65	113,6	255.322.521,00	271.395.150,53	106,3
RESTAURANTES POPULARES *	13.121.687,00	10.074.805,57	76,8	5.000.000,00	0,00	0,0	18.121.687,00	10.074.805,57	55,6
RIO INCLUSIVO *	402.000,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0	402.000,00	0,00	0,0
RIO REFERENCIA NO ENVELHECIMENTO E PROMOCAO DA VIDA SAUAVEL	27.480.941,00	5.971.379,07	21,7	270.015,00	653.101,29	241,9	27.750.956,00	6.624.480,36	23,9
TERRITORIOS SOCIAIS *	102.000,00	20.000,00	19,6	0,00	0,00	0,0	102.000,00	20.000,00	19,6
VIGILANCIA E CONTROLE DO RISCO SANITARIO *	13.222.953,00	1.053.016,18	8,0	13.355.970,00	18.673.633,69	139,8	26.578.923,00	19.726.649,87	74,2
VIGILANCIA EM SAUDE, INFORMACAO EPIDEMIOLOGICA, PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS E AGRAVOS	924.342,00	19.831,76	2,1	57.424.211,00	55.143.505,08	96,0	58.348.553,00	55.163.336,84	94,5

(continuação) APÊNDICE B – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO EM 2018, POR ÁREA DE RESULTADO E PROGRAMAS, DISCRIMINADOS PELA CATEGORIA DE RECURSOS. OS PROGRAMAS MARCADOS COM (*) SÃO OS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

(conclusão)

ÁREA DE RESULTADO / PROGRAMAS	NÃO VINCULADOS			VINCULADOS + OUTRAS FONTES			TOTAL		
	PREVISTO	EMPENHADO	% PREVISTO	PREVISTO	EMPENHADO	% PREVISTO	PREVISTO	EMPENHADO	% PREVISTO
	R\$	R\$		R\$	R\$		R\$	R\$	
TERRITORIO DESCENTRALIZADO, INCLUSIVO E CONECTADO	578.619.337,00	526.517.932,86	91,0	1.551.986.320,00	990.936.229,01	63,8	2.130.605.657,00	1.517.454.161,87	71,2
CENTRALIDADES CARIOCAS *	1.000,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0	1.000,00	0,00	0,0
CONSERVA RIO	101.085.829,00	63.013.478,70	62,3	133.806.560,00	58.142.967,99	43,5	234.892.389,00	121.156.446,69	51,6
CONSERVACAO INTELIGENTE *	1.000,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0	1.000,00	0,00	0,0
EXPANSAO DO SISTEMA DE TRANSPORTES *	4.000,00	0,00	0,0	264.068.963,00	136.763.238,65	51,8	264.072.963,00	136.763.238,65	51,8
GESTAO ADMINISTRATIVA - TERRITORIO DESCENTRALIZADO, INCLUSIVO E CONECTADO	422.373.765,00	370.561.364,85	87,7	31.067.454,00	34.903.464,44	112,3	453.441.219,00	405.464.829,29	89,4
ILUMINA RIO *	177.000,00	4.902.833,64	2.770,0	285.436.713,00	310.605.299,14	108,8	285.613.713,00	315.508.132,78	110,5
INCENTIVO A MOBILIDADE POR BICICLETA *	2.000,00	0,00	0,0	3.000,00	0,00	0,0	5.000,00	0,00	0,0
INFORMACOES ESTATISTICAS, CARTOGRAFICAS E DADOS GERAIS SOBRE A CIDADE	14.000,00	1.530.000,00	10.928,6	1.598.093,00	5.063.561,63	316,9	1.612.093,00	6.593.561,63	409,0
INTERVENCOES DE REVITALIZACAO E REESTRUTURACAO URBANA	4.446.500,00	317.969,60	7,2	142.611.337,00	67.320.624,07	47,2	147.057.837,00	67.638.593,67	46,0
LEGISLACAO URBANA *	1.000,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0	1.000,00	0,00	0,0
MAIS ACESSIBILIDADE *	1.000,00	0,00	0,0	1.000,00	0,00	0,0	2.000,00	0,00	0,0
MAIS MORADIAS *	10.123.236,00	10.379.921,92	102,5	12.430.346,00	20.023.127,13	161,1	22.553.582,00	30.403.049,05	134,8
MELHORIA DA MOBILIDADE URBANA *	67.000,00	164.350,00	245,3	0,00	0,00	0,0	67.000,00	164.350,00	245,3
MOBILIDADE, LOGISTICA E OPERACAO PARA O TRANSITO	2.000,00	0,00	0,0	38.785.130,00	37.573.626,52	96,9	38.787.130,00	37.573.626,52	96,9
OPERACAO URBANA CONSORCIADA DA REGIAO PORTUARIA DO RIO DE JANEIRO	1.964.760,00	35.456.990,75	1.804,6	0,00	47.695.329,37	-	1.964.760,00	83.152.320,12	4.232,2
PATRIMONIO CARIOCA *	999.111,00	564.317,44	56,5	101.157,00	0,00	0,0	1.100.268,00	564.317,44	51,3
PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO DESENVOLVIMENTO URBANO	1.004.000,00	0,00	0,0	1.000,00	0,00	0,0	1.005.000,00	0,00	0,0
PROJETOS ESPECIAIS, PESQUISA E AVALIACAO DE POLITICAS PUBLICAS	2.000,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0	2.000,00	0,00	0,0
PROTECAO DE ENCOSTAS E AREAS DE RISCO GEOTECNICO	3.783.138,00	2.617.445,93	69,2	274.183.195,00	43.241.111,41	15,8	277.966.333,00	45.858.557,34	16,5
RIO CONECTA *	2.000,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0	2.000,00	0,00	0,0
RIO OBRAS VIARIAS	2.565.782,00	1.538.144,03	59,9	3.000,00	6.688.749,86	222.958,3	2.568.782,00	8.226.893,89	320,3
TERRITORIOS INTEGRADOS *	29.456.216,00	35.471.116,00	120,4	229.206.992,00	138.010.224,64	60,2	258.663.208,00	173.481.340,64	67,1
TRANSITO SEGURO *	543.000,00	0,00	0,0	138.682.380,00	84.904.904,16	61,2	139.225.380,00	84.904.904,16	61,0
TOTAL	17.139.902.323,00	14.479.768.301,66	84,5	13.087.129.714,00	12.585.383.386,95	96,2	30.227.032.037,00	27.065.151.688,61	89,5